



**Always ready for Operation
Now ready for Portugal**

GENERATION STEYR

O Ministério da Defesa de Portugal encomendou à Steyr-Daimler-Puch Spezialfahrzeug GmbH o fornecimento de 260 blindados de rodas PANDUR, dos quais 20 viaturas são anfíbias. Todas as viaturas são produzidas na versão 8x8 e em 15 variantes diversas a fornecer às Forças Armadas terrestres e à Marinha portuguesas. O armamento inclui variantes com a torre Steyr SP 30 e abrange desde a metralhadora cal. 12,7 mm até ao Morteiro cal. 120 mm.



STEYR-DAIMLER-PUCH
SPEZIALFAHRZEUG GMBH
A GENERAL DYNAMICS COMPANY



P.O.B. 100, A-1111 Vienna, Austria, Phone: +43-1-760 64
Fax: +43-1-769 81 49, Homepage: www.steyr-ssf.com



REVISTA

**da
CAVALARIA**

Revista Quadrimestral de Cavalaria | Março 2008 | 3ª Série | Ano V | Nº 14



**O REGRESSO ÀS
VIATURAS BLINDADAS
DE RODAS**

Sumário

■ Palavras do Director Honorário da Arma _____	3
MGEN Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros	
■ Editorial _____	4
TCOR Cav Miguel Freire	
■ Linha Editorial _____	5
■ «O emprego da viatura PANHARD M11 no Teatro de Operações do Afeganistão» _____	6
MAJ Inf Martins Ruivo	
■ «A Companhia de Polícia Militar da NRF9» _____	10
MAJ Cav Rebordão de Brito	
■ «As viaturas blindadas de rodas no Exército Português versus carros de combate» _____	16
MAJ Cav Jorge Henriques / TCOR Inf Barroso	
■ «Pandur II 8x8 12,7 mm» _____	20
TEN Paulo Fernandes	
■ «Em memória do Exmo. Tenente-General Joaquim Miguel de Matos Fernandes Duarte da Silva» _____	26
TCOR Cav Francisco Amado Rodrigues	
■ «Em memória do Exmo. Tenente-General Mário Arnaldo Jesus da Silva» _____	28
TCOR Cav Francisco Amado Rodrigues	
■ Livros / Artigos / Revistas / Sites _____	31
■ Resenha de Actividades das Unidades _____	38
■ Promoções / Nomeações / Óbitos _____	48

■ FICHA TÉCNICA

Propriedade
Associação Revista da Cavalaria

Director
TCOR Miguel Freire

Chefe de redacção
MAJ Jorge Henriques

Redacção
TEN Paulo Fernandes

Revisão
TCOR Miguel Freire
MAJ Jorge Henriques

Contactos
Associação Revista da Cavalaria
Regimento de Lanceiros N.º 2
Calçada da Ajuda
1349-054 Lisboa
E-m@il:
revistadacavalaria@gmail.com

Execução gráfica
SOARTES - artes gráficas, lda.

Depósito Legal
203499/03

Palavras do Director Honorário da Arma



Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros
MGen

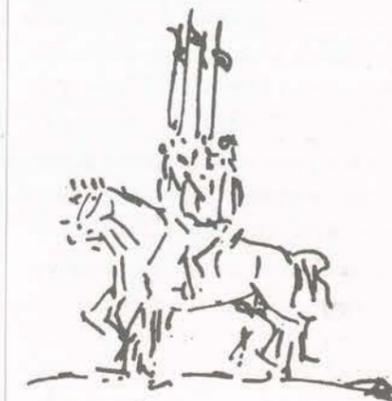
O Director da Revista de Cavalaria pediu-me que dirigisse algumas palavras para mais um número da nossa Revista. Escolheu a Direcção como tema “O Regresso às Viaturas Blindadas de Rodas”, velhas conhecidas da Cavalaria, já que passaram a equipar as Unidades da nossa Arma nas primeiras décadas do século passado, à semelhança do que já ia acontecendo nos exércitos de outros países.

Claro que quando se aborda o assunto do equipamento da nossa Arma, surge sempre a velha questão das RODAS X LAGARTAS, discussão sempre em aberto e que os artigos deste número ajudarão a debater, sendo certo que os dois tipos de viaturas e respectiva mobilidade têm vantagens e inconvenientes, sendo a sua escolha para equipar forças ligeiras ou forças pesadas cujo emprego é mais ou menos aconselhável ou necessário de acordo com a situação e características do Teatro de Operações a que se destinam.

MGEN LUÍS MIGUEL DE MEDEIROS
Director Honorário da Arma de Cavalaria.

Este “regresso”prende-se com a recente aquisição e entrada ao serviço das VBR PANDUR 8X8 que constituiu um novo desafio para a nossa Arma, face ao elevado grau de sofisticação tecnológica destas viaturas e que obrigou a profundas alterações tanto nas áreas da formação, apoio logístico e doutrina de emprego como nos hábitos, rotinas, procedimentos e sobretudo nas mentalidades. Desafio que as novas gerações de Cavaleiros já começaram a sentir e em que com a habitual generosidade e espírito de bem servir irão de certo ultrapassar.

Manifesto à Direcção da Revista o meu agrado e reconhecimento pela inclusão neste número da evocação de duas figuras grandes da nossa Arma, o General Duarte Silva e o General Jesus da Silva, que recentemente nos deixaram e que muito justamente merecem esta referência, pelo muito, que ao longo das suas vidas deram à Cavalaria e que marcaram a nossa Arma e muitas gerações de Cavaleiros.



Editorial

RELEMBRAR A HISTÓRIA RECENTE

A 3ª série da Revista da Cavalaria é o resultado do empenho e iniciativa do Tenente-General Sousa Pinto. Em 2003, como Director Honorário da Arma e Governador Militar de Lisboa, o nosso General chamou alguns oficiais e sargentos para debater como se poderia criar uma revista que se constituísse no fórum, por excelência, para a cavalaria, de forma franca e aberta, como é seu apanágio, debater os seus assuntos e assim estar mais bem preparada para o futuro. O “partir da pedra” foi interessante e não interessa agora recapitular tudo, somente as ideias chave que foram consideradas determinantes para a concretização do projecto:

- A revista não podia estar dependente do entusiasmo de um comandante nem de um oficial em particular, deveria ser, por isso, algo sustentado e oficializado. Por esta razão criou-se uma Associação com número de Pessoa Colectiva, com estatutos e regulamentos: uma associação com corpos sociais.
- A revista deveria ser independente da cadeia de comando para que houvesse espaço para debate franco. Mais uma razão para enveredar por uma associação independente.
- A revista não deveria promover agendas pessoais nem prota-

gonismos individuais. Por isso, entre outras coisas, não haveria fotografias dos autores nem curricula “musculados”, somente: posto, nome e UEO de colocação do autor do artigo.

- A revista, embora independente, deveria ter laços institucionais. Isto ficou expresso nos estatutos, por exemplo, na pessoa de quem assume a Presidência da Mesa. Mas também na própria revista, por exemplo, nas “palavras do Director” que é sempre a primeira página da revista e também nas páginas dedicadas às UEO.
- A revista não viria esvaziar o espaço dos boletins que algumas unidades já tinham, porque tinham audiências diferentes e objectivos diferentes. Aliás, deveriam ser complementares.
- Acima de tudo a revista seria um factor de união da Arma e ela seria o elo de ligação de toda a comunidade da cavalaria (Oficiais, Sargentos, Praças, no activo, reserva e reforma, civis, etc.) e funcionaria sempre numa base de voluntariado, ou seja, não haveria nomeações ou o que quer que fosse “por imposição”.

AVALIAÇÃO DA HISTÓRIA RECENTE

Passados quatro anos e treze números a revista seguiu estas linhas? Um sim outras não. Um facto é que

a Revista da Cavalaria ainda não se conseguiu impor como esse factor de união e plataforma de debate, porque, como, bem sabemos, somos pouco dados à escrita, à leitura, e o “debate sério” só o fazemos em ambientes descontraídos. É esta a realidade!

Tirando uma meia dúzia de casos, todos os artigos são resultado de um “convite” de alguém da revista a um possível autor e, mesmo assim, por vezes, não conseguimos ter a pessoa certa a escrever sobre determinado assunto. O mesmo se passa a nível institucional, até há data, nenhuma unidade entendeu por bem usar a revista para debater um assunto que fosse, nem mesmo a divulgação histórica de uma comemoração que seja. Neste último caso as unidades preferem-no fazer nos seus próprios boletins. Os boletins das unidades constituem uma forma legítima de divulgar o património histórico, promover a coesão da unidade e, se não forem consequência de “directivas coercivas” do comando, espelham bem o orgulho e espírito de corpo da unidade.

A razão porque trazemos o assunto dos boletins das unidades à reflexão neste editorial é por sentirmos, sinceramente, que se chegou a um patamar que o exige. Vejamos:

pelos seus conteúdos, a intercepção desses boletins e a Revista da Cavalaria é cada vez maior. Naturalmente existe a sensação de duplicação de esforços sem a

consequente convergência de debate. Mais, competimos pelos mesmos “experts” para obter artigos e pelos mesmos recursos (leia-se patrocinadores). Como somos poucos e estamos em época de restrições orçamentais, alguém poderá ficar destinado à extinção, e, naturalmente, a Revista da Cavalaria é o elo mais fraco. Não temos contactos com fornecedores, não temos uma estrutura regimental para nos apoiar. Temos a “carolice” da equipa eleita em Assembleia Geral.

Não está em causa a existência dos boletins das unidades, somente interessa questionarmos com honestidade profissional se interessa enveredar por um caminho onde cada unidade zela pelo seu contributo individual para a dignificação da Arma a que pertence, sem que, aparentemente, haja a preocupação de congregar esforços para o verdadeiro bem comum, leia-se a Arma de Cavalaria e que

está acima de circunstâncias impostas pela dinâmica de cada unidade. O momento único e decisivo que a cavalaria está a viver com a aquisição das novas viaturas blinda-

das e carros de combate merece um esforço para um debate conjunto e para a partilha de todo o património operacional e técnico que está em causa.

Linha editorial

Para os próximos números os temas serão:

Nº	Mês da Publicação	Data limite de entrega	Tema
15	Outubro '08	30 Setembro '08	Leopard 2A6, um novo cavalo de guerra.

Os artigos não deverão ultrapassar as 3500 palavras e, sempre que possível, acompanhados de fotografias, mapas ou outras imagens que o autor entenda convenientes.

Independentemente do tema central a Revista mantém fixas as seguintes secções:

- Editorial
- Correio do Leitor
- Livros - Artigos - Revistas - Sites
- Resenha de Actividades de Unidades



CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, Crl.

MOTOR DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO

5 Balcões:

Mafra
Azueira
Encarnação
Póvoa da Galega
Malveira

Site: www.ccammafra.pt
Email: ccam.mafra@mail.telepac.pt

O emprego da viatura PANHARD M11 no Teatro de Operações do Afeganistão

A 1ª CCmds operou no Teatro de Operações (TO) do Afeganistão entre Fev06 e Ago06 no âmbito da QRF/FND/ISAF¹.

Nessa perspectiva, manteve a capacidade para executar operações em todo o espectro com especial incidência em:

- Controlar e defender zonas;
- Vigiar e garantir segurança;
- Extrair/ evacuar pessoas;
- Reagir a ameaça ou ocorrência de atentados;
- Escoltar colunas;
- Vigiar e controlar tumultos;
- Apoderar de zonas;
- Apoiar outras unidades;

A organização formal da 1ª CCmds contemplou: Comando, 3 Grupos de Combate² e Secção Anticarro (Fig 1).

A 1ª CCmds dispôs de 25 viaturas de transporte de pessoal de rodas com blindagem sendo:

- 20 viaturas HMMWV;
- 5 viaturas PANHARD M11.

As M11 equiparam o comando dos Grupos e da Companhia³ e este artigo aborda, do ponto de vista prático, o emprego destas viaturas no exigente TO do Afeganistão tendo como contraponto comparativo, sempre que tal se justifique, as viaturas HMMWV;

MOBILIDADE

Genericamente as viaturas M11 garantiram as condições de mobilidade que o terreno exigia não tendo ficado, em praticamente nenhuma circunstância atrás dos HMMWV. Eventualmente a disparidade de resposta em terreno de fraca aderência constatou-se em situações de terreno extremamente enlameado e nevado em que a potência superior do motor do HMMWV fez a diferença.

No âmbito da velocidade de deslocamento, quer por estrada quer em todo-o-terreno (TT), a M11 teve um excelente comportamento.

FUNCIONALIDADE

Considerando que a M11 foi e está, tal como referido, atribuída ao comando da Comp e dos Grupos, julga-se que, em certa medida não constituiu uma boa opção.

Os aspectos negativos do seu emprego, enquanto viatura de comando, situaram-se ao nível da instalação do posto de comando (PC) propriamente dito. Sabendo-se, obviamente, que o PC da CCmds será sempre algo extremamente leveiro e funcional, as M11 do Afeganistão não dispõem das condições mínimas para colocação de uma simples carta topográfica particular-

mente durante situações de movimento. À boa maneira portuguesa, improvisou-se um porta-cartas no tejadilho da viatura com umas molas e um imã retirados de umas colunas áudio. Ainda assim, para que a carta não se extraviasse ou degradasse com as condições meteorológicas, outros cuidados adicionais tiveram de ser tomados. Por outro lado, uma vez que os comandantes, no lugar que lhe estava atribuído (posição da retaguarda), são obrigados a deslocar-se sempre de pé e fora da viatura (da cintura para cima), tal constituiu-se num elemento facilitador do comando e controlo uma vez que garantiu uma melhor ligação à vista e o exercício da navegação terrestre.

CONFORTO

Exceptuando o condutor, aos chefes de viatura e apontadores da arma estava negada a possibilidade de se sentarem durante o deslocamento. Tal circunstância penalizou substancialmente os referidos elementos, particularmente durante os inúmeros patrulhamentos prolongados com trajectos, na sua maioria, em TT.

CAPACIDADE DE TRANSPORTE

A capacidade de transporte veio a manifestar-se como outro forte problema para os utilizadores da M11. O seu reduzido espaço interior dificilmente acomodava, quando necessário, as mochilas dos seus três ocupantes bem como o material e equipamento necessários para a missão. A inexistência de pontos de amarração ou grelhas no interior ou exterior da viatura agravaram



Fig 2 - A M11 não passou onde os HMMWV haviam passado

as condições de transporte de carga que, mais uma vez, teve de fazer alarde de condições de improviso para, por exemplo, se transportar uma roda de reserva uma vez que a viatura não contemplava essa possibilidade.

DECEPÇÃO

O facto de as viaturas de comando serem diferentes das restantes da CCmds, não aparentava ser uma situação confortável para a cadeia de comando uma vez que, se a ameaça constataste tal circunstância, poderia mais facilmente seleccionar os alvos mais "remuneradores".



Fig 3 - A M11 numa coluna em patrulhamento na região de FARAH.

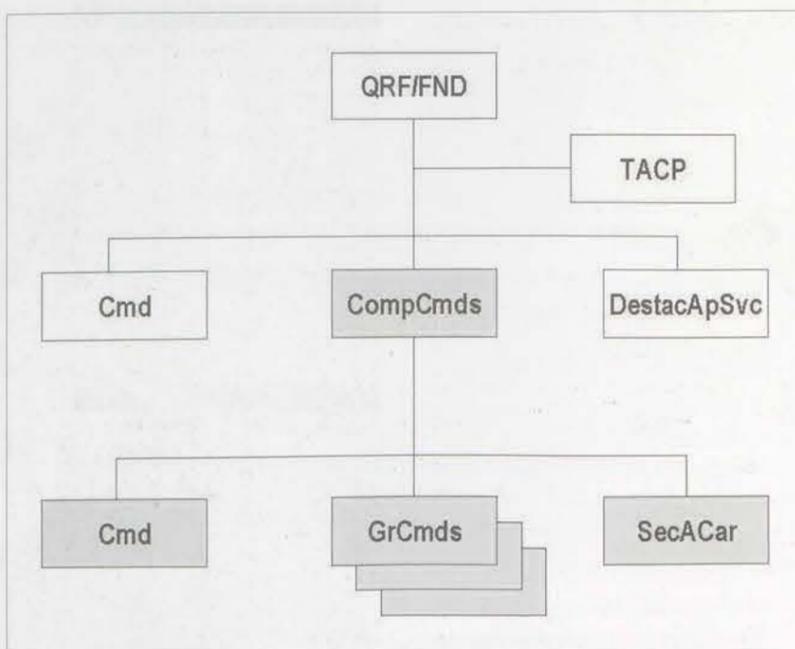


Fig 1 - Organização da 1ª Companhia de Comandos (inserida na QRF/FND/ISAF)

PROTECÇÃO

A M11, ao contrário dos HMMWV, era uma viatura com protecção de série contra projecteis 7,62mm o que nessa medida constituía um factor a seu favor. No entanto, a circunstância de os comandantes terem de estar permanentemente expostos e serem as únicas viaturas que não receberam protecções balísticas externas para o apontador ou chefe de viatura, constituiu mais uma desvantagem. Consequência disto mesmo, o apontador e chefe de viatura estiveram mais expostos às condições atmosféricas adversas o que, particularmente para os comandantes, dificultou a acção de comando e controlo

COMUNICAÇÕES

Outra questão, inerentemente relacionada com o comando e controlo, à qual a M11 não respondeu positivamente, teve a ver com as comunicações. Se bem que permiti-

tisse as transmissões em VHF a partir do capacete do chefe de viatura⁴, as comunicações em HF durante o deslocamento exigiam que aquele se sentasse (ou deitasse como muitas vezes teve de acontecer) no casco da viatura, perdesse a ligação à vista com a coluna e efectuasse a comunicação. Este facto poderia ser colmatado se houvesse um operador de transmissões, o que não acontecia. No entanto, a acontecer, esse hipotético elemento reduziria o espaço interior da viatura de tal forma que, muitas das situações negativas relacionadas com a M11 acima descritas seriam, inapelavelmente, agravadas.

MANUTENÇÃO

As M11 constituíram viaturas de elevada fiabilidade que poucos problemas mecânicos provocaram, desde que se efectuasse a necessária manutenção preventiva. As que se avariaram por falta de sobressalentes constituíram um problema de demorada resolução uma vez que,

ao contrário dos HMMWV, não foi possível obter as mesmas no TO.

CONCLUSÕES

Sendo uma viatura fiável e com boa mobilidade, a M11 revelou-se ser uma viatura bastante desadequada para a finalidade que lhe esteve destinada. Tal circunstância decorreu de problemas ao nível de:

- Funcionalidade de instalação do PC;
- Decepção relativamente à restante tipologia de viaturas da CCmds;
- Protecção dos comandantes;
- Dificuldade em operar os meios HF;
- Reduzida capacidade de transporte;
- Conforto.

Não obstante o referido, vão os caros leitores permitir que confesse a nostalgia de todas as "aventuras" operacionais vividas a bordo da minha MX-39-35.



NOTAS

- 1 Quick Reaction Force/ Força Nacional Destacada/ International Security and Assistance Force
- 2 Unidade de escalão pelotão.
- 3 A Equipa de Controlo Aéreo Avançado (TACP) da Força Aérea também estava equipada com as viaturas M11.
- 4 Não conferia protecção balística.



Fig 4 – A guarnição da M11, Condutor, apontador e chefe de viatura preparam-se para um alto.



PREFÁCIO

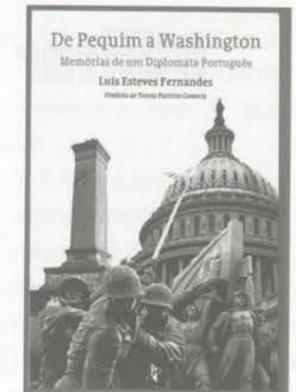
SUGESTÕES DE LEITURA



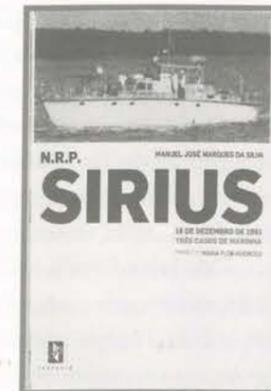
No Crepúsculo da Razão
Filipe Pathé Duarte
PVP 16€



A Opressão Salazarista
Miguel Ramalho
PVP 17€



De Pequim a Washington
Luís Esteves Fernandes
PVP 15€



N.R.P. SIRIUS
Manuel José Marques da Silva
PVP 13,5€



Guerra, Paz e...
Manuel Amaro Bernardo
PVP 22,5€



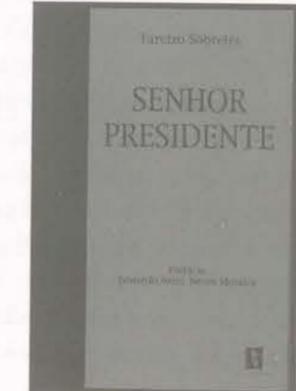
Encontros em Angola
Tamar Golan e Tamar Ron
PVP 15€



O Exército e a Ruptura...
Abílio Pires Lousada
PVP 16€



Contra-Subversão em África
John P. Cann
PVP 17€



Senhor Presidente
Tarcizo Sobreira
PVP 15€

Rua Pinheiro Chagas n° 19 – 1° 1050-174 Lisboa
Telefones 21 314 3378 / 21 353 0376 Fax 213143380
e-mail: editora.prefacio@mail.telepac.pt

A Companhia de Polícia Militar da NRF9



Brasão de Armas MP Coy

O conceito NRF surgiu com intuito de dotar a NATO com uma força tecnologicamente avançada, flexível, projectável, interoperável e com capacidade de sustentação, capaz de actuar em grande parte do espectro das operações militares, dentro de uma *Combined Joint Task Force* (CJTF)¹.

Na sequência da geração de forças da NRF 9, Portugal participou com uma Companhia de Polícia Militar, designada em ordem de batalha por *Military Police Company* (MP Coy) e cuja responsabilidade de organização e aprontamento, pela sua especificidade e rigor, foi atribuída ao Regimento de Lanceiros N.º 2².

Para o efeito, imbuído do espírito de plena participação e integração, a par dos restantes países da NATO, nas missões e estrutura de forças da NATO³, o Exército Português respondeu a esta necessidade com a criação, organização, aprontamento e treino de uma Unidade diferente de todas as anteriormente geradas para a NRF, uma Companhia de Polícia Militar.

A NRF 9 compreendeu 2300 militares, enquadrados nos seguintes órgãos e unidades⁴:

- Um Comando (DJTF HQ), com cerca de 650 militares;
- Uma Componente Terrestre (LCC - *Land Component Command*), com um HQ, uma força de escalão Brigada composta por 5 UEB de manobra e 2 UEC, uma de Reconhecimento e outra de Carros de Combate, bem como os respectivos sistemas de combate, apoio de combate e de apoio de serviços, num total de 9.519 militares;
- Uma Componente Naval, com cerca de 6.300 militares;
- Uma Componente Aérea, com cerca de 5.600 militares;
- Uma Componente de Operações Especiais, com um CJSOCC HQ, a quatro *Special Operation Task Group*, num total de 375 militares;
- Um *Joint Logistic Support Group*, com cerca de 1.900 militares;
- Uma Unidade de Defesa NBQR e uma *Tactical Airlift for Intra Theatre*, englobando o restante pessoal da Força.



Sala de Operações da MP Coy (Exercício LANCEIRO 07).

Integrada na Brigada Italiana, que juntamente com um HQ constituiu a LCC, a MP Coy obedeceu aos seguintes requisitos:

- Garantir a prontidão de 5 dias (categoria 2);
- Manter pessoal e equipamento a 95%;
- Possuir adequada protecção Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (NBQR);
- Garantir a auto-sustentabilidade por um período de 30 dias;
- Ser projectável e interoperável;
- Uma vez atribuída, durante os períodos de treino conjunto e de *standby*, não integrar nenhum outro compromisso (dupla atribuição);
- Manter uma estrutura de comando flexível.

Para atingir a FOC em Jun07, a MP Coy cumpriu diversas etapas de aprontamento, instrução e treino, bem espelhadas nos Planos de Treino Operacional que orientaram a sua preparação como unidade independente, com capacidade para operar, de acordo com a doutrina NATO para as Forças de Polícia Militar (PM)⁵, dentro do espectro de missões da NRF:

- Força Isolada (*Stand Alone Force*);
- Força de Entrada Inicial (*Initial Entry Force*);
- Operações de Demonstração da Força;



Reunião final CREVAL/IGE.

- Operações de Resposta a Crises (CRO);
- Operações de Apoio ao Contra-Terrorismo;
- Operações de Interdição Marítima, Terrestre e Aérea.

De acordo com o enquadramento temporal definido para atingir a capacidade operacional esperada (FOC), foi estabelecido um calendário de aprontamento e eventual emprego que englobou 3 períodos fundamentais:

- Período de Treino Nacional - de 12Jul06 a 11Jan07;
- Período de Treino Multinacional - de 12Jan07 a 30Jun07;
- Período de emprego ou "Standby" - de 01Jul07 a 10Jan08 (a confirmar).

Tendo em conta a responsabilidade que lhe foi cometida e de forma a garantir a eficiência do aprontamento e treino, para atingir a eficácia no período de *standby*, o Comando do RL 2, através da sua Directiva n.º 15, de 27Jul06, promoveu, "a todos os níveis, uma *informação interna activa, oportuna e esclarecedora, sobre as actividades do Exército no âmbito das missões atribuídas às NRF em geral e sobre a missão, características e enquadramento da MP Coy/NRF 9, valorizando o designio global do Regimento nesta tarefa; ... um elevado grau de coordenação e sincronização, em especial entre as várias Secções de Estado-Maior e as Subunidades com o Comando da MP*

Coy/NRF 9, através realização de reuniões de coordenação periódicas; ... a sensibilização de todos os militares e civis que servem na Unidade para o necessário incremento dos níveis de esforço, empenho, profissionalismo e dedicação, face à necessidade, previsível, da manutenção do cumprimento de algumas das missões tradicionais do Regimento", a par da prioridade atribuída ao aprontamento e treino da MP Coy.

Deste modo, e preparado para enfrentar os desafios, o Comando do RL 2 procedeu a uma articulação dos meios humanos e materiais disponíveis, para garantir que a MP Coy recebesse, em primeira prioridade, todos os apoios necessários à sua instalação, instrução e treino, garantindo o cumprimento da fase de Treino Nacional, que culminou com a Certificação Nacional levada a cabo pela Inspeção-Geral do Exército, durante o Exercício ORION 06.

Assim, foram definidas 4 fases de aprontamento:

- Fase I, de 27Jul06 a 11Ago06, com o objectivo de constituir e organizar a MP Coy, integrar os militares nomeados e elaborar um Plano de Treino Operacional.
- Fase II, de 11Ago06 a 11Jan07, destinada a assegurar o aprontamento nacional e o Treino Operacional, a fim de obter a Certificação Nacional.
- Fase III, de 12Jan07 a 30Jun07, orientada para a execução do aprontamento e o Treino Multinacional, a fim de obter a Certificação NATO e preparar a participação num eventual exercício multinacional.
- Fase IV, de 01Jul07 a 10Jan08, constituindo o objectivo final de todo o processo, a fase de *standby*, dirigida à manutenção da prontidão da MP Coy/NRF 9, em categoria 2.

Cumprindo o estipulado pelo Comando e com a orientação das tarefas-chave de integração na Força Multinacional, certificação e eventualmente, do emprego nas missões da NRF, o RL2 concebeu o aprontamento e treino da MP Coy, elaborando um Plano de Treino Operacional que determinou duas fases essenciais de Treino Nacional:

- 1ª Fase - nivelamento e uniformização da instrução individual, de secção e de pelotão;
- 2ª Fase - instrução orientada para as tarefas características de Polícia Militar⁶, assim como para as valências definidas no CJSOR da NRF 9⁷ e para a área do SICCE, tendo em vista a Certificação Nacional.

Cumprindo o estipulado no Plano de Treino Operacional, realizou-se durante o período de Treino Nacional, no Campo Militar de Santa Margarida, o Exercício LANCEIRO 06, no qual, para além da execução de tarefas de instrução militar geral, tais como, a topografia e a técnica individual de combate, foi criado um cenário, com o objectivo de praticar e avaliar a actuação da MP Coy em operações de CRO. Desta forma, e tendo-se atingido os objectivos do Exercício, a MP Coy encontrava-se então pronta para participar no Exercício ORION 06, ou seja, para a sua Certificação Nacional.

Em concorrência com o Treino Operacional, o aprontamento administrativo-logístico, a aferição do perfil linguístico dos Quadros, a preparação sanitária individual e credenciação em NATO SECRET e CONFIDENTIAL - exigida aos elementos de PM, foram igualmente tarefas realizadas nesta fase. Em simultâneo, neste período embrio-

As viaturas blindadas de rodas no Exército Português *versus* carros de combate

Ponto de vista:

A OPÇÃO PELOS CARROS DE COMBATE

Decorre neste momento o programa de modernização das viaturas blindadas de rodas do Exército Português. É um processo complexo e demorado, que se espera garanta, e até incrementa, a capacidade de actuação das Forças Nacionais Destacadas (FND), considerando a tipologia de operações em que participam. Sobre este aspecto julgo haver unanimidade de pensamento.

Outra questão diversa é, face à natureza dessas mesmas operações, ocorrendo no espectro do conflito que não a guerra, tentar perceber se, no que ao combate montado diz respeito, o esforço de constituição das unidades da componente operacional deverá incidir apenas e só nesta mesma tipologia de viaturas. Por outras palavras, se face à escassez de recursos disponíveis, face ao nosso historial de actuação nos teatros de operações do século XX e início do século XXI e às nossas próprias capacidades actuais

de projecção da força, não deveríamos considerar a possibilidade de abandonar a utilização do carro de combate, sistema de armas por excelência daquilo a que se designa por «paradigma da guerra industrial».

Julgo que o debate deverá estar centrado sobre este último aspecto, pois é sobre ele que faz sentido discutir este problema. Vamos por partes. Em primeiro lugar, cabe ao nível de decisão político atribuir à instituição militar os recursos necessários para o cumprimento dos objectivos. Ora quando falamos em recursos, estamos a falar em primeiro lugar de recursos

financeiros. Face aos objectivos e aos recursos disponibilizados, caberá ao nível de decisão militar, propor a aquisição de determinados equipamentos, considerados os adequados, com as devidas prioridades, para o cumprimento da missão. Neste domínio julgo ser inevitável considerarmos o carro de combate como sistema de armas essencial a qualquer exército moderno.

E simplesmente porque ele constitui ainda o último grau evolutivo dos sistemas de armas terrestres, no domínio da manobra. A conjugação de todas as suas capacidades faz do carro de

combate, ainda nos nossos dias, um meio credível e em última análise, o mais capaz, para enfrentar as ameaças nos teatros onde se preveja a sua actuação. É certo que apresenta limitações, mas a conjugação das capacidades evidenciadas tornam-no o mais completo dos sistemas de armas na respectiva esfera de actuação. Deste modo, qualquer planeador ao nível da estratégia militar deve ter em conta este seu predomínio no campo de batalha. Sem tal, perde-se o conjunto de capacidades que ele permite – poder de fogo, protecção, poder de choque e mobilidade – que nenhum outro meio terrestre consegue conjugar do mesmo modo e com os mesmos efeitos. E julgo que o primeiro grande equívoco sobre as viaturas blindadas de rodas surge aqui. Não é que se venha afirmando que elas garantem a mesma capacidade de um carro de combate. Mas apenas e só que se considere que as capacidades que elas garantem sejam as necessárias e suficientes. Ora a verdade é que este necessário e suficiente não permite cobrir todo o espectro do conflito. Mesmo quando não estamos em guerra declarada. E se nos dias de hoje se fala em operações que cobrem todo o espectro do conflito, então temos que nos interrogar sobre quais os meios que vamos utilizar, ou que pelo menos, deverão estar disponíveis para emprego.

Daqui surge a segunda questão. Se face ao emprego previsível do nosso encargo operacional nos diversos teatros de operações, o carro de combate apresenta alguma possibilidade de actuação, mesmo que remota. À primeira vista a resposta terá que ser negativa. De facto, desde sempre, o nosso exército tem actuado com base em



Coluna de LEOPARD 2.

unidades de infantaria ligeira, mesmo nos teatros localizados no exterior do território nacional. Veja-se os exemplos: o exército anglo-luso da guerra peninsular; o Corpo Expedicionário Português na Flandres; as forças enviadas para os territórios ultramarinos durante a I Guerra Mundial; as unidades de quadrícula durante a Guerra do Ultramar; e mais recentemente os batalhões empenhados nos teatros da Bósnia Herzegovina, Kosovo e Afeganistão. A sua marca essencial é sem dúvida a das unidades de infantaria ligeira. Apenas neste três últimos casos se assistiu à mecanização. Mas claro está, sempre no domínio das viaturas blindadas ligeiras. Se analisarmos melhor, não houve um carro de combate do Exército Português que tenha participado nestas últimas missões.

O argumento muitas vezes apresentado aqui é que se nunca precisámos de tal sistema de armas, nem se prevê que nos tempos mais próximos o venhamos a utilizar, para quê despender recursos valiosos na sua aquisição e manutenção, sabendo ainda para mais, que não sendo os recursos infinitos, nalgum lado se terá de cortar. Reconheço a pertinência do argumento. Mas ele apresenta-se curto como justificação para prescindirmos do meio carro de combate. E é aqui que surge o terceiro ponto. O paradigma da guerra industrial versus o paradigma da guerra no seio das populações.

Não irei aqui desenvolver tal assunto, mas para o nosso tema é importante referir a sua influência. Ou seja, face à obsolescência da ideia de que as sociedades ocidentais irão, nos próximos tempos, participar em guerras do tipo convencional, deverá procurar-se adaptar as forças armadas à nova tipologia da conflitualidade. Para mais numa época em que predominam as ameaças difusas, em que o inimigo com os poucos meios que tem à sua disposição, procura novas formas de infligir o máximo de danos, procurando potenciar o alcance político dos mesmos.

Chegamos aqui então à questão levantada no início. Será então que face aos conflitos na actualidade o carro de combate perdeu o seu valor no campo de batalha. Pelo menos naqueles mais reconhecidos, onde se conduzem as operações de apoio à paz, ou até operações de contra-subversão? Para nós a resposta é que não perdeu. Face à linha difusa que separa as operações que não a guerra convencional, em que uma unidade pode conduzir num momento operações humanitárias e no seguinte poderá conquistar um objectivo ocupado pelos insurgentes, o carro de combate ainda detém um papel significativo. Em primeiro lugar como dissuasor de eventuais ataques. Depois como protecção das tropas empenhadas em operações ditas de combate. E finalmente, como meio flexível que ainda hoje continua a ser. Pelo menos nas situações em que a força é necessária e que mesmo em operações consideradas ao nível político-estratégico como operações de apoio à paz, podem implicar ainda ao nível tático o emprego da força armada em todas as suas possibilidades. Saibamos nós fazer o uso correcto das suas capacidades.



O LEOPARD 2 no Afeganistão.

MAJ Cav JORGE HENRIQUES
IESM

Contra-Pondo:

A OPÇÃO PELAS VIATURAS DE RODAS

Esta discussão em torno da opção “Lagartas” vs. “Rodas” é um tema desafiante para qualquer militar por três ordens de razões: a primeira prende-se com o facto de sabermos se um tipo de viaturas substitui a outra; a segunda é saber qual das opções é de considerar face à previsibilidade de emprego do instrumento militar; o terceiro, e ainda mais importante, gravita em torno do orçamento previsível para o Exército Português (EP).

O primeiro ponto do desafio leva-nos aos acontecimentos decorrentes do fim da Guerra Fria com alguns pensadores a predir o fim do combate blindado e, por conseguinte, o fim do carro de combate como meio fundamental no combate terrestre. A Guerra do Golfo em 1991 apresentou-se como um claro exemplo da importância do combate blindado e a sua sequência em 2003 traduziu o auge do seu emprego. Também os conflitos dos Balcãs vieram demonstrar que as forças blindadas são um importante meio também para impor a paz e para a manter. De facto, as forças blindadas têm características únicas para emprego em combate das quais se destacam o poder de choque, o poder de fogo e, acima de tudo, a protecção. São estas as características principais que traduzem as grandes vantagens das viaturas blindadas “de lagartas” sobre as viaturas de rodas. Por seu lado, as viaturas “de rodas” têm na

TCOR Inf BARROSO
IESM



PANDUR II.

sua base características operacionais, distintas das blindadas, que têm ampla aplicação em todo o espectro do conflito: o seu peso, menos de metade das viaturas blindadas; e a sua excelente mobilidade, que evita a utilização de meios de transporte terrestre da força para a área de operações ou treino, incluindo o movimento na manobra da força.

Por conseguinte, dependendo da finalidade do emprego da força militar, facilmente se depreende que ambos tipos de força não são mutuamente exclusivas e que são até complementares, sendo facilmente admissível que um Exército que as dispõe aumenta a sua flexibilidade de emprego.

O segundo desafio a considerar na comparação entre forças “de lagartas” e “de rodas” gravita em torno da previsibilidade de emprego de forças militares. Neste ponto os documentos estruturantes do planeamento estratégico de defesa nacional são muito claros: é muito baixa a probabilidade de emprego de forças militares na defesa do território nacional e muito provável a continuação do emprego de forças em “operações de apoio

à paz”. Embora possa ser abusiva a ligação entre a defesa do território e a intensidade das operações podemos admitir que a primeira se relaciona com a alta intensidade – finalidade de destruição das forças militares do adversário – e a segunda com a baixa intensidade das operações – todas as operações com finalidade para além da primeira. Se relacionarmos a intensidade com a protecção e com o poder de fogo facilmente se depreende a adequabilidade do tipo de forças, embora também não seja exclusiva.

Ao estabelecermos a ligação entre probabilidade de ocorrência das operações no Território Nacional (TN) ou fora do TN com a necessidade de projecção de forças facilmente se começa a dar importância às características dos dois tipos de forças. O peso e a mobilidade das forças são um



Autometralhadora CENTAURO.

argumento de peso a ter em conta na escolha, se houver que escolher. Não podemos esquecer que o avião militar com maior disseminação mundial é o C-130 Hércules que transporta cerca de 20 toneladas, muito aquém da necessidade de uma viatura de combate de infantaria ou carro de combate. Além do mais, em combate, partindo da equivalência operacional entre unidades blindadas e ligeiras, a vantagem da protecção, do fogo e poder de choque pode ser mitigada se as forças ligeiras forem projectadas na profundidade e a grande velocidade.

Por conseguinte, embora as características das forças “de lagartas” não seja substituída pela “leveza” das forças “de rodas”, a sua mobilidade estratégica e operacional é um ponto muito importante em favor das segundas. Basta lembrar dois pontos: o conceito operacional para o desenho do *EU Battlegroup* teve como base uma distância a partir de Bruxelas, sendo intrínseca a necessidade de projecção; que existem equipamentos que mitigam a falta de protecção das viaturas “de rodas” e que não lhes aumentam significativamente o peso.

O terceiro ponto, embora esteja fora do âmbito operacional, é de extrema importância: o orçamento disponível. Como a discussão se centra na escolha “de rodas” ou “de lagartas”, deixamos de parte a possibilidade da opção por ambas forças. A questão que se coloca é a seguinte: De acordo com os níveis de ambição, podemos ter os dois tipos de forças? Se a resposta for sim, deixamos de ter objecto de discussão porque as duas opções são complementares e incrementam a flexibilidade de emprego. Se a resposta for não, então teremos de



Viatura PANDUR II.

optar. E neste caso baseamos a opção pelo “custo operacional” das forças: vale a pena ter uma força cuja probabilidade de emprego é extremamente baixa? O custo é demasiado elevado para um país com poucos recursos e a opção mais válida é a que menos pesa no orçamento mas que mantenha as forças “usáveis” e com a credibilidade necessária ao seu emprego efectivo.

Deixando de lado o preço da opção, que deve ser decisiva acima de tudo, às forças “de lagartas” estão ligados custos de manutenção demasiado elevados e especializados, incrementando o “peso financeiro” destas forças, especialmente no que respeita aos motores e lagartas. Os motores dos actuais carros de combate têm uma tecnologia de ponta que exige cuidados muito especializados. Além do mais, o consumo de combustíveis, pelo peso das viaturas é muito considerável. Por outro lado, na opção “rodas”, como o peso da viatura é muito mais baixo, metade a um terço, os motores das viaturas de rodas não necessitam de ser muito diferentes dos utilizados nos mercados civis, garantindo uma facilidade de manutenção e

consumos imensamente inferiores.

O mesmo está relacionado com a diferença entre pneus e lagartas. Pelo menos a facilidade de acesso e a disponibilidade no mercado civil deve ser tomado em consideração. É muito mais fácil a compra de pneus que a de lagartas, para além da sua durabilidade, com vantagens para a opção “de rodas”.

Desta breve análise facilmente se conclui que se houver que escolher, a opção deve ser a mais compatível com as possibilidades do EP e com a previsibilidade de emprego, embora em termos operacionais se mantenha o grande princípio orientador: complementaridade.



Pandur II 8x8 12,7mm



Fig. 1 - A viatura PANDUR II 8x8 12,7mm.

Características gerais:

A primeira viatura a ser introduzida no Exército Português no novo processo de aquisição de viaturas de rodas (PANDUR II) foi a viatura Pandur II 8X8 12,7mm, ou seja a "versão base" equipada com a metralhadora Browning 12,7mm e com a capacidade de transporte de dez elementos (chefe de viatura, condutor e oito atiradores).

Para uma rápida entrada e saída da guarnição a viatura está equipada com uma rampa de funcionamento hidráulico (também provida de uma porta), que pode ser parada em qualquer posição. A viatura tem ainda 4 escotilhas que abrem para fora da viatura, que permitem aos atiradores fazerem tiro e observação. Existem ainda 6 periscópios de observação para o chefe de viatura e 3 para o condutor.

TEN Cav Paulo Fernandes, EPC.

Está equipada com placas de aço e de cerâmica (podem ser acrescentadas através de parafusos) que lhe conferem protecção balística para ameaças de nível 2, 3 e 4 e protecção anti-mina para ameaças de nível 3 (STANAG 4569).

É aerotransportável e apresenta uma fácil condução todo-o-terreno, apoiada por suspensões independentes às oito rodas. Permite ainda desligar ou ligar automaticamente a transferência e o bloqueamento dos diferenciais, bem como o ajuste automático da pressão dos pneus, seja em movimento ou parada.

Está equipada com o sistema de intercomunicação P/ICC-201 que permite a comunicação interna da viatura entre 3 caixas de comando (condutor, chefe de viatura e um elemento do compartimento de transporte). O chefe de viatura e o condutor operam este sistema através do capacete e o elemento do compartimento de transporte através de um *Head-Set* (visto que já está equipado com o capacete de

combate). Será também equipada com o sistema rádio PRC-525.

A Ventilação, o Ar Condicionado e a Protecção NBQR (Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico) estão todos combinados num único. No modo de ventilação e ar condicionado (activados por um interruptor no painel de instrumentos), o ar que entra é limpo de partículas e de humidade e distribuído pelas saídas de ar em todos os compartimentos (excepto o compartimento do trem de potência). No modo NBQR (com todas as escotilhas fechadas), o sistema fornece uma pressão forte (controlada pelo manómetro existente no lugar do chefe de viatura) ao interior da viatura através do filtro NBQR ou através do *by-pass* que evita que o ar contaminado entre.

Algumas das viaturas serão equipadas com correntes de neve (4 por viatura), bem como o TDS (*Threat Detection System*), um sistema de aviso de ameaça laser.

Em conformidade com o STANAG 2129, a VBR PANDUR II 8x8, está equipada com os seguintes dispositivos de identificação de combate:

- "V" invertidos (Fig. 2);
- CIP - *Combat Identification Panel* - Painel de Identificação de Combate (Fig. 2);
- TIB - *Thermal Identification Beacon* - Dispositivo de Identificação Térmico.



Fig.2 - V invertido e painel de identificação de combate.

Dados Técnicos da Viatura

- Número de eixos - 4
- Número de rodas motrizes - 6 (8 em modo 8X8)
- Número de eixos direccionáveis - 2
- Peso em ordem de batalha sem guarnição - 18.500 Kg
- Diâmetro de viragem (entre paredes) - 20,5 m
- Diâmetro de viragem em modo de peão - 15 m
- Guarnição - 10 (Chefe de Viatura, Condutor, 8 Atiradores)
- Peso Máximo permitido - 22.500 Kg
- Velocidade máxima (estrada pavimentada) - 105 Km/h
- Velocidade mínima constante - 3,5 Km/h
- Velocidade máxima em marcha-atrás - 13 Km/h
- Autonomia em estrada pavimentada - aprox. 600 Km

Capacidades da viatura no terreno

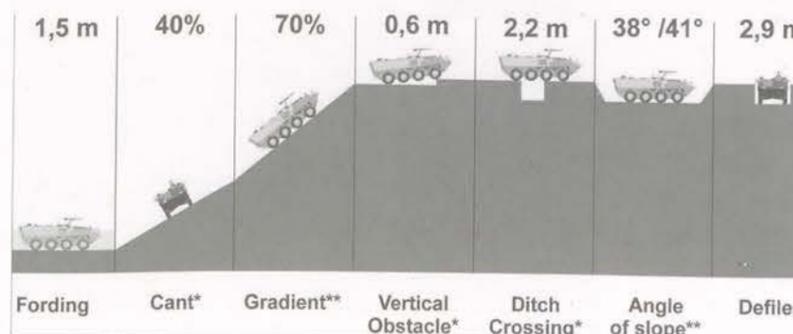


Fig.3 - Capacidades da viatura no terreno.

- ### Características do Motor:
- Tipo do motor - Diesel Turbo com 6 cilindros em linha, a 4 tempos, Common Rail
 - Potência - 455 BHP
 - Cilindrada - 8.900cm³
 - Consumo em estrada - 60 L/100Km
 - Consumo em Todo o Terreno - 100L/100Km

- ### Características do Sistema de Alimentação
- Sistema Tipo Common Rail
 - N° de Depósitos de Combustível - 2
 - Capacidade dos depósitos - 377 L (350 L + 27 L de Reserva)

- ### Características da Caixa de Transmissão Automática
- Automática de 6 velocidades
 - Temperatura de funcionamento - Max 105°C
 - Mudanças para a frente - 6
 - Mudanças para a retaguarda - 1

- ### Características do Sistema de Travagem
- Travão de Serviço - Sistema hidropneumático de circuito duplo com ABS e retardador, accionado pelo travão de pé
 - Travões de disco ventilados internos às 8 rodas
 - Travão Auxiliar - Actua nas rodas dos 1° e 3° eixos
 - Travão de Parque - Travão de disco que se encontra na caixa de transferência

- ### Características da Suspensão
- Suspensão independente com molas helicoidais (1° e 2° eixos) e com barras de torção (3° e 4° eixos)
 - Amortecedores - Hidráulicos telescópicos (1 por roda)

- ### Pneus
- Tipo de Pneus - Michelin 365/80 R20 XZL 152 K Run Flat
 - Pressões predefinidas (CTIS - *Central Tire Inflation System*): 4 bar (estrada/veloc máx:110 Km/h), 3 bar (TT/veloc máx 65 Km/h), 1,5 bar (terreno mole/veloc máx 20 Km/h)

- ### Sistema eléctrico
- Amperagem - 220 A
 - 2 X 12 V - 110 Ah (Baterias para arranque do motor)
 - 2 X 12 V - 110 Ah (Baterias para funcionamento dos equipamentos)

O compartimento de transporte



Fig.4 - Compartimento de transporte e alguma palamenta.

O acesso ao compartimento de transporte é feito através da rampa ou pela porta da rampa cujo controlo pode ser feito pelo interruptor de controlo da rampa do condutor ou pelo comando da rampa do compartimento de transporte. Seja qual for a posição da rampa e da porta, o condutor tem uma lâmpada que o informa

do estado da rampa (se está ou não trancada, se a porta está ou não trancada e se o gancho de reboque está montado).

Existem quatro escotilhas que podem ser bloqueadas a 0°, 90° e 185° e abertas apenas pelo interior. Cada escotilha tem ainda um sensor que informa o controlo electrónico se a escotilha está aberta para que se faça ou não (conforme seja definido pelo monitor do condutor) os lançamentos das granadas de fumo – se as escotilhas estiverem abertas os atiradores poderão ser feridos ou o material danificado.

O compartimento de transporte está equipado com oito bancos de assento rebatível com cinto de segurança, alças de apoio e calhas para as armas individuais. Estes bancos têm também apoios de pés para o atirador da frente de modo a que o dano do impacto de uma mina seja reduzido.

O compartimento de arrumação do equipamento individual de combate da guarnição localiza-se do lado contrário ao do depósito, ou seja do lado direito da viatura, por detrás dos bancos. O compartimento de arrumação das munições 12,7mm, 7,62mm, e 40mm localiza-se também no compartimento de transporte, por detrás do motor e tem a capacidade de transportar as seguintes munições em três áreas diferentes:

- 6 x 100 munições de 12,7mm ou 3 x 35 granadas de 40mm
- 2 x 1000 munições 7,62mm e 16 x 200 munições 7,62mm ou 2 x 1000 munições 7,62mm e 4 x 35 granadas de 40mm ou 2 x 1000 munições 7,62mm e 8 x 100 munições 7,62mm
- 24 granadas de fumo 76mm

Tem ainda luz interior (branca/azul), a manga de ventilação que percorre o centro do tecto, três extintores fixos e dois portáteis, o gancho de reboque acondicionado, o comando do guincho (com extensão de 10 metros) e o comando da rampa do compartimento de transporte.

O lugar do chefe de viatura

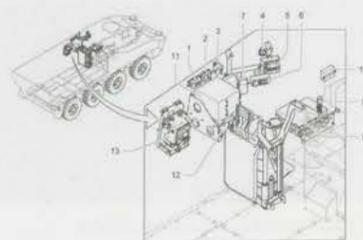


Fig.5 - Lugar do chefe de viatura.



Fig.5A - Lugar do chefe de viatura.



Fig.5b - Lugar do chefe de viatura.

- 1 - Saída/Entrada dados
- 2 - Luz Interior (Branca/Azul)
- 3 - Interruptor de Activação Manual do Sistema Supressão de Incêndios
- 4 - Manómetro de Pressão (para controlo do sistema NBQR)

- 5 - Monitor Controlo do TDS
- 6 - Caixa de Controlo do Sistema Lançamento de Granadas
- 7 - GPS (*Global Positioning System*)
- 8 - Suporte para Computador Portátil
- 9 - Caixa de Controlo do TIB
- 10 - Caixa de comando do Chefe de Viatura
- 11 - Rádio
- 12 - Unidade Central do Sistema de Intercomunicação
- 13 - Raid XP (aparelho de detecção NBQR não utilizado)

O lugar do condutor



Fig.6 - Lugar do condutor.

No compartimento de condução da VBR PANDUR II 8x8, localizam-se a maior parte dos instrumentos e comandos para operar e tirar o maior rendimento da viatura. O condutor pode ainda utilizar o aparelho de visão nocturna Theon NX-199 (a pilhas ou ligado a um cabo de energia) que lhe confere um ângulo de visão de 44° na horizontal e 35° vertical.

O trem de rodagem, caixa de transferência e a caixa de transmissão

O trem de rodagem transfere a potência vinda do trem de potência para as rodas motrizes. Consiste na caixa de transferência com o 2º eixo motriz, o 1º, 3º e 4º eixos motrizes,

as ponteiras sincronizadas e os cardans que estabelecem a ligação entre eles e a suspensão. É controlado através de duas alavancas (caixa de transferência e transmissão – Fig.7) e pelo acelerador.

O trem de rodagem pode passar da posição de estrada para todo terreno e vice-versa, actuando no comutador existente para o efeito no lugar do condutor (entre as duas alavancas). Isto faz com que a caixa de transferência passe de condução 8X6 para 8X8, ou seja que os quatro eixos (as oito rodas) sejam providas de potência, e que a velocidade seja no máximo de 65Km/h, ao contrário da condução em estrada (8X6) que permite uma velocidade máxima de 105Km/h.

Todos os bloqueadores dos diferenciais são operados electronicamente e engrenados pneumaticamente. Se necessário (em caso de avaria ou de preferência), os diferenciais podem ser bloqueados manualmente através do selector/alavanca existente no lugar do condutor. Para operar este selector, o sistema ADM (*Automatic*

Drive train Management) tem de ser desligado. Este sistema consiste num sistema electrónico automático que opera todos os bloqueadores de diferencial, existindo para o efeito uma série de sensores localizados nas rodas, direcção, travão e acelerador. Permite assim ao condutor obter maior tracção e potência nas rodas em contacto com o terreno, reaproveitando a força desperdiçada nas rodas que não estão a impulsionar a viatura por dificuldades de terreno. Estes sensores reúnem os dados, enviamos para a unidade de controlo electrónico do ADM, que os avalia, accionando de seguida, os bloqueios dos diferenciais, mais adequados ao terreno em que a viatura se encontra.

A caixa de transferência pode adoptar, se operada manual ou electronicamente, as seguintes posições no seu selector: 8X6 – Utilizada para superfícies alcatroadas; 8X8 – Utilizada para operações em todo-o-terreno; L – Utilizada para operações em todo terreno (em “L” o diferencial longitudinal é bloqueado); D3,4 – Utilizada em condições difíceis de

tudo o terreno (bloqueia o 3º e 4º diferenciais); D1-4 – Utilizada em condições extremas em todo o terreno (todos os diferenciais estão bloqueados); OFF – Utilizada em operações anfíbias (sem efeito nas viaturas não anfíbias).

É ainda possível ao condutor verificar os níveis dos óleos dos diferenciais electronicamente (bem como da transmissão). Para tal, basta-lhe recorrer a um dos monitores que tem no seu compartimento e fazer a verificação através do menu. Em todo o caso, caso haja falta de óleo (seja ele qual for) os monitores avisam automaticamente qual o óleo que está em falta.

A caixa de transmissão permite ao condutor escolher a melhor velocidade segundo o terreno e a necessidade de deslocamento. Permite através de uma alavanca escolher marcha-atrás, primeira posição (que apenas engrena a primeira velocidade), segunda posição (que engrena da primeira à terceira velocidade), terceira posição (que engrena da segunda à quinta) e “Drive” (que engrena da segunda à quinta). Tem ainda a posição “N”, ou neutro, vulgo “ponto morto”. O retardador, colocado entre o conversor de binário e a caixa de transmissão automática, fornece força de travagem em todas as mudanças e serve para aliviar o trabalho dos discos e pastilhas de travão nas pequenas travagens. É controlado electronicamente.

O sistema de direcção, o sistema pneumático e o sistema eléctrico

A direcção é assistida e tem os dois eixos dianteiros direccionáveis.



Fig.7 - Alavanca da caixa de transferência e alavanca da caixa de transmissão.

Para diminuir o diâmetro de viragem, especialmente em situações de todo o terreno, a viatura está equipada com um sistema de travagem de direcção. Este sistema pode ser activado através de um interruptor localizado no lugar do condutor que, ao ser activado, trava todas as rodas que estão no interior do círculo de viragem (semelhante ao travar de uma lagarta numa viatura de lagartas). Esta operação deve apenas realizar-se em situações de emergência visto ser bastante prejudicial para os pneus, para a suspensão e para a direcção. Ao exceder os 10 Km/h com este interruptor ligado a viatura cessa a travagem de direcção.

O sistema pneumático é abastecido pelo compressor de ar. O secador de ar remove qualquer mistura do ar comprimido e distribui-o pelo sistema de travagem, pelo sistema ADM e pelo sistema CTIS (cada um destes sistemas tem o seu próprio depósito, onde o ar comprimido é armazenado). O CTIS, operado pelo condutor, a partir dos dois monitores existentes no compartimento de condução, permite alterar a pressão dos pneus automaticamente para que o pneu tenha a melhor aderência ao piso.

Na frente da viatura, no compartimento do motor, existe uma tomada de ar que permite que seja introduzido ar exterior pressurizado no sistema caso o sistema não tenha ar suficiente.

A viatura está equipada com um conjunto de duas baterias para arranque do motor e outro conjunto de baterias de serviço que fornece energia a vários componentes da viatura. No caso de as baterias de arranque não terem carga suficiente para pôr o motor em

funcionamento, é possível conectar as baterias de serviço às baterias de arranque actuando num interruptor de conexão de baterias no painel de instrumentos (obtem-se a voltagem das 4 baterias para o motor de arranque).

Os Monitores



Fig. 8 - Monitor destacável.

A VBR PANDUR II 8X8 possui 2 monitores (um fixo e um destacável - Fig.8) no lugar do condutor que lhe permitem analisar e tomar conhecimento do estado da viatura bem como de diversas falhas que possam ocorrer durante a sua utilização. O monitor fixo mostra a informação principal da viatura como o combustível, avisos, temperatura do óleo da transmissão e do líquido de refrigeração, voltagem das baterias e as rotações do motor. O monitor destacável pode ser operado em modo externo ou interno. Em modo interno mostra a pressão dos pneus, os bloqueios dos diferenciais, o controlo do CTIS e se as portas e escotilhas se encontram fechadas ou não. Em modo externo mostra a velocidade, a direcção, a quantidade de combustível, avisos, voltagem das baterias, rotações do motor e temperaturas do óleo da transmissão e do líquido de refrigeração.

O Threat Detection System (TDS)



Fig. 9 - TDS.

O sistema providencia a detecção de todas as ameaças laser conhecidas, em quase toda a totalidade do meio envolvente da viatura, incluindo:

- Telémetros - Impulso único
- Apontadores laser
- Raios laser guias de mísseis
- Laser do tipo Coherent e não Coherent
- Iluminadores de infravermelhos

O sistema inclui os detectores, um computador, o alimentador de energia e um monitor electrónico no lugar do chefe de viatura (Fig.10). Este monitor mostra o tipo de ameaça detectada, o ângulo de incidência, o azimute e as granadas de fumo prontas para serem disparadas na direcção de onde foi detectada a ameaça. O sistema permite detectar múltiplas ameaças



Fig. 10 - Monitor do TDS.

simultaneamente. Calcula o verdadeiro ângulo de incidência e pode determinar se o raio laser foi apontado directamente ou se foi alvo de um reflexo de algum objecto próximo.

O TDS pode ainda ser usado de forma combinada com o sistema lança granadas. Para tal, um interruptor permite seleccionar o lançamento das granadas de fumo no modo manual/automático. Quando o modo automático de lançamento de granadas de fumo é seleccionado surge no monitor do chefe de viatura uma mensagem de aviso e as granadas são lançadas automaticamente. Fica depois seleccionado no monitor interno do condutor se são lançadas só de escotilhas fechadas ou independentemente de estarem fechadas ou não.

O Thermal Identification Beacon (TIB)



Fig. 11 - TIB.

O TIB localiza-se na parte superior da viatura, do lado direito da escotilha do chefe de viatura. O dispositivo de identificação térmico é um inovador e único emissor de calor e infravermelhos. Emite no espectro térmico (mais

concretamente entre os 3 e 5 microns) e infravermelho próximo e não emite na banda do visível.

O chefe de viatura tem a possibilidade de activar um dos sistemas (térmico ou infravermelho) ou os dois em simultâneo, através de uma caixa de controlo.

É usado com pessoas, viaturas, iates, pilotos, equipas de polícia, serviços de emergência e equipas de resgate de montanha. A versão multi-espectro permite ao operador seleccionar o espectro de radiação a utilizar:

- Espectro térmico (para câmaras térmicas);
- Espectro dos IV próximos (para intensificadores de imagem);
- Simultaneamente nos espectros térmico e IV próximos.

Tem um alcance de 4 Km (usando câmara que trabalhe entre os 3 e 5 microns com lente de 250mm) e 10 Km (usando *goggles*).

Sistema extinção de incêndios

A VBR PANDUR II 8x8 tem dois sistemas de combate a incêndios controlados por uma unidade central de controlo (Fig.12): o sistema de extinção de incêndios, que se situa no compartimento do motor; e o sistema de supressão de incêndios que se encontra no compartimento de transporte.



Fig. 12 - Unidade Central de Controlo de incêndios.



Fig. 13 - Extintor fixo.

O sistema de supressão de incêndios tem um total de 3 extintores fixos - Fig.13 (mais dois portáteis no compartimento de transporte) e detecta qualquer tipo de fogo ou explosão através de dois sensores ópticos de detecção de incêndio. Pode ainda ser accionado manualmente através de um interruptor.

O sistema de extinção de incêndios do compartimento do motor está sempre ligado (está conectado ao pólo positivo da bateria) e consiste num extintor fixo ligado a um sistema de dispersão que passa por todo o motor e por quatro sensores de temperatura que disparam aos 150° C.



REFERÊNCIAS:

- TM 10 09.2007 Pandur II Terrestrial ICV - 12,7mm MG
- DP 8-32-11(1) - VBR 12,7 mm PANDUR II 8x8 (Chefe de Viatura)
- Curso de operador da VBR Pandur II 8X8 / Driver's Training Course - (Santa Margarida - Quartel da Cavalaria) - 2007 (Fotografias dos formandos)

Em memória do Exmo. Tenente-General Joaquim Miguel de Matos Fernandes Duarte Silva

1. O trajecto para Oficial do Quadro Permanente do Exército Português

Natural da freguesia de S. Pedro, no concelho de Évora, nasceu a 17 de Março de 1924, filho do General Joaquim Plácido Duarte Silva e de D. Maria José de Matos Fernandes Duarte Silva. Teve nove irmãos. Fez a instrução primária em Évora e em 1934 entrou no Colégio Militar com o número 8. Em 1 de Dezembro de 1941 foi alistado como voluntário na Escola do Exército, na 3ª Companhia, pertencendo ao primeiro curso que, saído do Colégio Militar, entrou directamente no regime de internato e a tirar os Preparatórios na Escola Politécnica. Em 1942 entrou para a arma de Cavalaria, como Cadete. Em Agosto de 1944 apresentou-se em Torres Novas para frequentar o tirocínio como Aspirante-a-Oficial.

2. O trajecto do Oficial do Quadro Permanente do Exército Português

Em 1 de Agosto de 1945 foi promovido a Alferes, tendo ficado colocado na Escola Prática de Ca-

TCOR Cav FRANCISCO
RODRIGUES
EPC.

valaria (EPC), onde veio a permanecer de uma forma geral cerca de vinte e oito anos, saindo em especial para: frequentar vários cursos, cumprir comissões no Ultramar e participar ao mais alto nível em provas desportivas. Ainda em Alferes, esteve dois anos lectivos em Mafra a fazer o curso de Mestre de Equitação na Escola Militar de Equitação. Depois do curso, em 1947 seguiu para Lourenço Marques, por escolha, como Ajudante de Campo do Comandante da Região Militar de Moçambique, acumulando com o serviço nos Dragões de Lourenço Marques. Foi promovido a Tenente em 1 de Dezembro de 1948 e regressou à Metrópole em Janeiro de 1950, continuando colocado na EPC. Após a frequência do Curso de Promoção a Capitão, em 31 de Dezembro de 1953 foi promovido a Capitão. Mais tarde, frequentou o curso de Promoção a Oficial Superior e Estado-Maior da Arma, sendo promovido a Major em 4 de Outubro de 1963. Teve uma breve passagem pelo Regimento de Cavalaria Nº3 em 1965 e cumpriu uma comissão em Angola entre 1965 e 1966. Colocado na EPC após essa comissão, foi promovido a Tenente-Coronel em 15 de Março de 1969. De 1970 a 1972 regressou a Angola para nova comissão de serviço, finda a



TGEN Duarte Silva

qual foi colocado outra vez na EPC. Ainda em 1972 frequentou o 2º Curso de Estado-Maior Inter-Forças. Em 23 de Março de 1973 foi promovido por escolha a Coronel, cessando a sua colocação na EPC, à qual ficou sempre ligado pelo desempenho de outras actividades de instrução, quer pela sua própria formação em cursos de vários carros de combate, de minas e armadilhas e de técnicas de instrução, quer pela qualidade ímpar de instrutor de praticamente todas as matérias, especialmente dos cursos de oficiais do quadro permanente e de oficiais e de sargentos do quadro de complemento, sendo de destacar a equitação e a ética militar, a par dos respectivos processos e auxiliares de instrução. Comandou o Regimento de Cavalaria Nº7, de Maio a Dezembro de 1973. Por ter sido nomeado por escolha, para fazer parte das forças da G.N/Moçambique, aqui permaneceu entre 3 de Dezembro de 1973 a 19 de Fevereiro de

1975. Regressado à Metrópole, foi colocado na Direcção da Arma de Cavalaria. Foi promovido a Brigadeiro em 9 de Fevereiro de 1976, data em que foi nomeado, por eleição, Director da Arma de Cavalaria, cujo cargo deixaria de exercer com a sua promoção a General em 3 de Novembro de 1976. Entretanto, por Portaria de 31 de Agosto de 1976 do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, foi nomeado Governador Militar e Comandante-chefe das Forças Armadas da Madeira, funções que passou a desempenhar a partir de 1 de Setembro de 1976.

Em 26 de Novembro de 1977 cessou essas funções no Arquipélago da Madeira, assumindo de seguida o comando da Região Militar do Norte.

Posteriormente, desempenhou ainda as funções de Ajudante-General do Exército e de Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército.

Em Fevereiro de 1981 passou à reserva, a seu pedido, vindo em Setembro desse ano a ser reintegrado no activo, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, na função de Chefe da Comissão de Contas e Apuramento de Responsabilidades do Exército.

Em Janeiro de 1983 requereu novamente a sua passagem antecipada à reserva e em Maio de 1992 foi reformado.

Possuía vários louvores e condecorações, das quais se salientam algumas condecorações:

- Oficial da Ordem de Aviz (1957)
- Medalha de Prata de Serviços Distintos com palma (1967)
- Medalha Comemorativa das Campanhas do Norte de Angola (1965-1966-1967)
- Medalha Comemorativa das Campanhas do Norte de Ango-

la (1970-1971-1972)

- Medalha Comemorativa das Campanhas do Norte de Moçambique (1973-1974-1975)
- Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar (1972)
- Comendador da Ordem Militar de Aviz (1973)
- Medalha de Prata de Valor Militar com palma (1974)
- Medalha de Mérito Militar de 1ª Classe (1975)
- Medalha de Ouro, de Serviços Distintos com palma (1978)

Na base dos seus vários louvores e condecorações, relevam-se as seguintes acções:

- 2º Comandante de um Batalhão de Cavalaria em Angola;
- Organização, instrução e emprego de Tropas Especiais em Angola;
- Comandante do Batalhão de Cavalaria Nº 2909;
- Comandante do Comando Operacional da Defesa de Cabora Bassa (Moçambique);
- Comandante da Zona Operacional de Tete (Moçambique).
- Quanto à sua participação desportiva ao mais alto nível, destaca-se o seguinte:
- Membro da equipa que ganhou o campeonato militar de sabre (1958);
- Vencedor de três Campeonatos do Cavalo de Guerra;
- Membro da equipa nacional equestre por várias vezes durante vinte e um anos;
- Membro da equipa olímpica nacional equestre em Helsínquia (1952), Estocolmo (1956), Roma (1960) e Tóquio (1964), onde obteve a melhor classificação individual de Portugal (5º lugar, na prova de obstáculos);
- Vencedor de duas Taças de Ouro da Península Ibérica.

Publicou vários artigos na Revista da Cavalaria – II Série, nos Cader-nos Coloniais, nomeadamente o “General Padrel” e “Artur de Paiva”, entre outros.

3. O cidadão

JOAQUIM MIGUEL DE MATOS FERNANDES DUARTE SILVA casou em 1953 com D. Maria Teresa Novaes de Calça e Pina Duarte Silva, de Sousel, e enviuvou em 1994. Teve sete filhos.

Em 1995 foi nomeado Sócio/Membro Honorário da Sociedade Hípica Portuguesa, por ter prestado grande serviço ao hipismo, ao clube e ao país.

Foi juiz internacional de todas as modalidades olímpicas e também das provas de atrelagens e raids. Era uma presença assídua em múltiplos eventos relacionados com a temática da equitação e do hipismo.

Existem várias manifestações na sociedade civil e militar para perpetuar a sua memória, pela atribuição do seu nome a espaços, equipamentos e infra-estruturas relacionadas com a arte equestre.

Faleceu em Julho de 2007.

Por todo o seu legado deixado, em particular à família cavaleira, o nosso reconhecido obrigado.

PAZ À SUA ALMA!

Nota: esta memória teve por base uma biografia cedida gentilmente pelo Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército, a quem a Direcção da Revista da Cavalaria agradece. Também foi consultado o site da Sociedade Hípica Portuguesa.

Em memória do Exmo. Tenente-General Mário Arnaldo Jesus da Silva

1. O trajecto para Oficial do Quadro Permanente do Exército Português

Natural de Lisboa, nasceu a 21 de Fevereiro de 1939, filho de Mário Arnaldo da Silva e de Helena Bastos de Jesus da Silva. Em 1949 foi admitido como aluno do Colégio Militar, sendo-lhe atribuído o número 136. Em 15 de Outubro de 1956 ingressou como Cadete na Escola do Exército, tendo terminado o curso de Cavalaria em 1959. Em Agosto desse ano apresentou-se como Aspirante-a-oficial, na Escola Prática de Cavalaria, para frequentar o tirocínio.

2. O trajecto do Oficial do Quadro Permanente do Exército Português

Em 1 de Agosto de 1960 foi promovido a Alferes. Dois meses depois, a 10 de Outubro, embarcou no navio "Timor", rumo ao Estado da Índia (Goa, Damão e Diu), fazendo parte do Esquadrão de Reconhecimento (ERec) N° 2, destacado pelo Regimento de Cavalaria N° 6. Após três semanas de viagem, em 29 desse mês desembarcou no porto de Mormugão,

sendo a sua unidade integrada no Agrupamento "D. João de Castro". No ano seguinte, a situação foi dramática para a política ultramarina portuguesa da época: em Março de 1961 começaram as hostilidades em Angola, a 15 de Dezembro, a União Indiana, exibindo um potencial militar esmagador em relação às reduzidas forças portuguesas, invade os territórios sob administração portuguesa. Dois dias depois, o Alferes Jesus da Silva, comandando o 3° Pelotão de Reconhecimento, enfrenta o fogo inimigo, durante um contra-ataque do ERec 2 para recuperar uma posição perdida na região de Maulinguem. No dia seguinte, a 50ª Brigada de Paraquedistas Indiana, apoiada por carros de combate e artilharia, forçou o avanço enquanto as nossas frágeis unidades de reconhecimento iam cumprindo a missão de retardamento que lhes estava destinada, recolhendo de seguida à ilha de Goa. A sua conduta nesta acção viria a ser realçada no louvor que lhe foi concedido. Depois da ordem de rendição do Comandante-chefe, seguiu-se a detenção durante quase cinco meses, ocorrendo a 9 de Maio de 1962 o repatriamento através de Carachi.

Chegado a Lisboa em 26 de Maio, é colocado no 2° Esquadrão do Grupo Divisionário de Carros



TGEN Jesus da Silva

de Combate, em Santa Margarida, onde permaneceu até meados de 1964. Entretanto, por Portaria de 7 de Maio de 1962 fora promovido a Tenente. Nesse ano ainda frequentou um estágio de especialização de auto-metralhadora *Panhard*.

Durante o ano lectivo 1963/64 frequentou o curso de instrutor de Equitação, em Mafra, participando em provas hípicas nacionais e nas provas da VIII Semana Equestre Militar.

Findo aquele curso regressou ao Ultramar. Em 20 de Julho de 1964 embarcou no navio "Uíge" com destino a Angola, onde comandou a Companhia de Cavalaria N°483, em operações na Zona de Intervenção Norte.

Em 1 de Novembro de 1964 foi promovido a Capitão. No ano seguinte, a partir de 31 de Agosto,

prestou serviço na 2ª Repartição (Informações) do Quartel-general da Região Militar de Angola, aí permanecendo até ao fim da comissão. Regressou à Metrópole por via aérea a 17 de Novembro de 1966.

Na sua antiga unidade de carros de combate, agora designada por Regimento de Cavalaria N°4 (Santa Margarida), desempenhou as funções de Chefe da Secção Técnica, tendo ainda conseguido alguma disponibilidade para participar em 1967 nos concursos hípicos de Mafra e de Lisboa.

Em 22 de Janeiro de 1968 voltou de novo ao Ultramar, desta feita para o Arquipélago de S. Tomé e Príncipe, seguindo a bordo do navio "Pátria". Ali serviu na 2ª Repartição do Quartel-general, comandou interinamente e em acumulação algumas companhias, e teve ainda oportunidade de leccionar no curso nocturno do liceu D. João II.

A 3 de Agosto de 1969 regressou à Metrópole, por ter sido nomeado para a frequência do Curso Geral de Estado-Maior no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), o qual concluiu em 31 de Julho de 1970, sendo considerado em condições de frequentar, nos dois anos lectivos seguintes, o Curso Complementar de Estado-Maior (CCEM) daquele mesmo Instituto. Enquanto aluno, vai conseguindo conciliar as duras exigências do curso com as actividades hípicas, participando em 1971 nos concursos nacionais de Mafra, Ericeira e Lamego, e em 1972 nas provas da XVI Semana Equestre Militar e nos concursos nacionais da Ericeira e de Lisboa.

Concluído o CCEM em Julho de 1972, foi colocado na 5ª Repartição (Acção psicológica) do Estado-Maior do Exército (EME), sendo promovido a Major no dia 1 de Agosto.

No ano seguinte, 1973, realiza visitas de estudo a diversos centros de instrução na França, Bélgica e Inglaterra, e, sendo reconhecido com idoneidade para tal, ingressa no Corpo de Estado-Maior. A 5 de Outubro seguiu para os Açores, por ter sido nomeado Chefe do Estado-Maior daquele Comando Territorial Independente, função que manteve até 9 de Novembro de 1974.

No início de 1975 foi nomeado Oficial de Operações do Batalhão de Cavalaria N°8322/74, organizado no regimento de Cavalaria N°3 com destino a Angola, ali chegando a 19 de Maio. Vivia-se então no norte deste território uma situação de guerra entre as forças do MPLA e da FNLA, que viria, no mês seguinte, também a envolver a UNITA.

Em 31 de Outubro, dias antes da proclamação da independência de Angola (11 de Novembro), regressa à Metrópole, onde a situação caminhava aceleradamente para o movimento militar de "25 de Novembro". Foi colocado na Direcção da Arma de Cavalaria, de onde transita em 20 de Julho de 1976 para o EME, passando a desempenhar as funções de Adjunto do Estado-Maior Pessoal do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Rocha Vieira, seu camarada de curso no Colégio Militar.

No ano imediato, com a situação político militar mais serena, retoma as lides hípicas, participando no concurso nacional de Lisboa e na XXII Semana Equestre Militar, estando também presente nesta em 1978. Em meados deste ano foi colocado na 1ª Brigada Mista Independente (BMI), onde a 3 de Julho assumiu o comando do respectivo Esquadrão de Reconhecimento.

Por Portaria de 1 de Janeiro de 1979 foi promovido a Tenente-Coronel, deixando de comandar aquele Esquadrão e passando a Comandante do Grupo de Carros de Combate. Já no desempenho deste cargo visitou durante dez dias forças blindadas francesas. Entretanto, foi eleito membro do Conselho da Arma de Cavalaria.

Em 1980 foi eleito novamente para o Conselho da Arma e a 14 de Abril voltou ao EME e outra vez para o Gabinete do General CEME. Todavia, seis meses depois, a 27 de Outubro, seguiu para Bruxelas, por ter sido nomeado para prestar serviço no SHAPE (*Supreme Headquarters Allied Powers Europe*), nos cargos de Adjunto da *Policy Division* e de membro permanente da *Alert's Cell*. Durante o desempenho destes cargos, que se prolongaria até ao final de 1983, frequentou em 1982 o curso *Joint Warfare* na *National Defense School* do Reino Unido.

Em meados de Janeiro de 1984 regressou a Portugal e foi colocado na 1ª BMI, primeiro como Chefe da 3ª Secção (Operações) e depois como Chefe do Estado-Maior. No exercício destas funções tomou parte, em Itália, no planeamento e execução de diversas actividades, entre elas os exercícios "Dense Crop/84" e "Display Determination/84".

Por Portaria de 28 de Outubro de 1984 foi promovido a Coronel. No ano seguinte, foi colocado no IAEM, onde se apresentou a 3 de Outubro. Mas, dois meses depois, seguiu para a Presidência do Conselho de Ministros, por ter sido nomeado assessor militar do Primeiro-ministro (Professor Cavaco Silva), cargo que deixou de exercer a partir de 22 de Agosto de 1988, uma vez que foi designado para frequentar no IAEM o Curso Supe-

cou demonstrada não só através dos próprios cursos de formação e actualização, como de conferências, publicações e dos seus próprios Boletins. Optei, portanto, por não nomear muitos distintos autores de trabalhos, regulamentos e outras publicações, procurando, desta forma, distinguir o que foi também e sobretudo um contínuo e importante trabalho de conjunto.

5. CONVENÇÕES DE GENÈVE e PROTOCOLOS ADICIONAIS de 1977

Entre os meus documentos de apoio não posso deixar de referir estes Tratados de Direito Internacional Humanitário, que dizem respeito à postura do cidadão e do militar relativamente aos direitos humanos e às muito complexas e sensíveis situações que ocorrem em períodos de conflito.

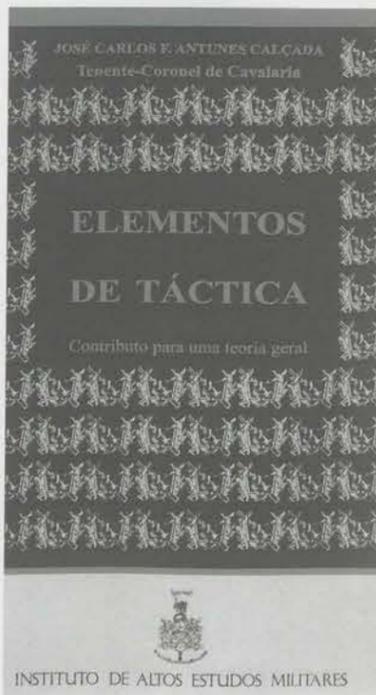
6. PORTUGAL E O FUTURO, de António de Spínola.

Também de um autor pertencente à Arma, para ressaltar que o militar tem que participar no dia a dia do seu País. A indicação deste título resulta especialmente da repercussão que a publicação deste livro teve no futuro de todos nós.

«Elementos de Tática: Contributos para uma teoria geral». TCOR Cav José Carlos F. Antunes Calçada, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 1998, 133pp.

Este livro não é o que se pode chamar propriamente de uma novidade editorial. Aliás, a sua publicação ocorreu há sensivelmente dez anos atrás. Mas no espectro reduzido de autores nacionais que publicam sobre assuntos militares e sobre o tema da tática em particular, julgamos que a obra do então tenente-coronel de cavalaria Calçada

MAJ Cav JORGE HENRIQUES
IESM.



constitui um marco incontornável, que precisa de ser redescoberta e repensada. Ainda para mais sobre um tema tão pouco abordado como o da teoria tática.

Segundo a intenção do próprio autor, o livro pretende contribuir para a definição de uma teoria geral da tática. Ao contrário da tendência dominante na literatura militar que se publica nos nossos dias – em especial a anglo-saxónica – de abordar conceitos doutrinários, o «como» da tática, este livro prefere seguir outra direcção. No essencial, procura respostas à pergunta feita tantas vezes: «porquê?». Para o fazer estabelece conceitos com alcance global a todas as doutrinas e sistematiza a essência do saber tático, base para a construção dos preceitos doutrinários.

A abordagem seguida pelo autor assenta numa metodologia científica, em particular na que é seguida pelas ciências sociais. Não se estabelecem leis, apenas princípios. Não se estipulam propensões absolutas, apenas relativas. Estamos no domínio da filosofia tática. Estudam-se os seus princípios fundamentais, reflecte-se sobre o seu sen-

tido e aborda-se a sua epistemologia. Mesmo considerando o carácter sintético do livro, de sistematização de conceitos, é possível estabelecer um esboço, uma estrutura sobre o tema. A intenção do autor é tão só estabelecer um ponto de partida para um debate de ideias em torno da tática.

Para o efeito, o livro articula-se em sete capítulos, destacando-se os relativos à definição de tática, às acções táticas terrestres, ao potencial tático, ao planeamento tático e aos princípios da tática. Diga-se que em tema tendencialmente denso e de natureza teórica, o autor procurou, e julgamos que conseguiu, simplificar algo que na sua natureza é complexo. Os capítulos estão organizados de forma perceptível, encaixados entre si, e mesmo para um leigo na matéria, o livro lê-se bem do princípio ao fim, havendo uma ligação lógica entre os vários temas, apresentando no final de cada capítulo uma síntese das ideias expressas. Bem articulado, integra esquemas e quadros que facilitam a tarefa da leitura, deixando transparecer o carácter didáctico da obra.

Um dos aspectos interessantes da leitura do livro é sem dúvida a abordagem histórica feita no domínio da tática e que nos parece bastante original pelos aspectos que releva, construindo novas leituras dos acontecimentos históricos, no que a tática diz respeito.

Para estabelecer uma definição de tática, assunto do primeiro capítulo, referem-se várias definições conhecidas, procedendo-se à delimitação do conceito segundo o seu objecto, sujeito e forma de produção. Feita a sistematização das conclusões, estabelece-se a definição de tática terrestre.

Segue-se o capítulo abordando as actividades a montante da tática, incidindo sobre a estratégia operacional de teatro. De salientar, neste domínio, o faseamento de uma operação em manobra

operacional preparatória, em batalha ofensiva ou defensiva e manobra operacional exploratória, todas elas enquadrando as acções táticas.

Já na esfera da tática, o autor divide as respectivas acções em primeira e segunda ordem, segundo a sua correspondência directa ou não, com as fases da operação da estratégia operacional de teatro, diferenciando-as segundo a dominante de acção respectiva: seja o fogo, o movimento ou a combinação fogo e movimento. Segue-se o estudo do potencial tático enquanto combinação de meios materiais e morais de uma determinada unidade militar, denominados elementos essenciais da tática.

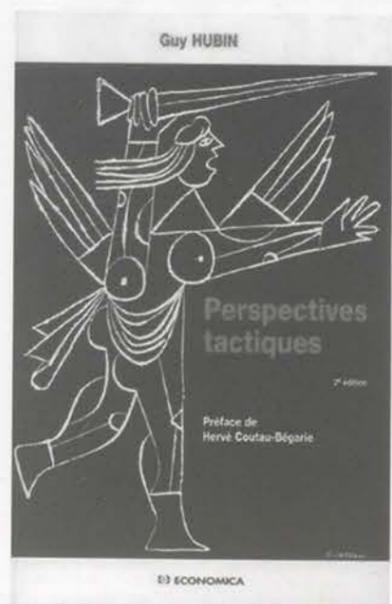
Quanto ao planeamento tático, segundo o autor revestido de uma metodologia científica, compreende a conjugação das acções táticas com os seus elementos essenciais, para o cumprimento de uma missão. Articula-se em duas grandes áreas: uma de análise e compreensão em que se apreende a totalidade do problema; e outra de imaginação e de proposta e decisões, em que se concebem soluções para o problema levantado no início.

O livro termina estabelecendo aquilo que o autor designa como princípios da tática, em oposição aos princípios da guerra, demasiado genéricos. Novamente através da metodologia científica, os princípios da tática assentam nas relações causa efeito consideradas permanentes, qualquer que seja a acção tática realizada. Deste modo o autor estabelece três princípios, organizados segundo a relação causa e efeito. O princípio considerado corolário dos outros, e o mais significativo, pois integra os outros dois, diz o seguinte: «Conhecer e obter notícias sobre as disposições e actividades do inimigo, tirar partido do terreno, estar em condições de manobrar, economizar forças onde se pode para se poder concentrar onde se deve e procurar surpreender o ini-

migo (causa) permite destruir as suas forças e preservar as nossas (efeito)».

Num exército como o nosso, cujo enfoque nos últimos anos têm sido as operações de apoio à paz, a reflexão sobre os assuntos da tática parece não ser matéria emergente. Querirá isto dizer que um livro desta natureza esteja em contra ciclo, ou que tenha perdido a sua relevância? Antes pelo contrário. Parece-nos que hoje mais ainda a tática deve voltar ao palco principal das discussões sobre os assuntos militares. Até para que se possa aferir da sua verdadeira relevância. Numa altura em que se falam em operações em todo o espectro, em que, fruto da experiência de teatros de operações como o Afeganistão e Iraque, se repensa a abordagem às operações militares, a tática reemerge. A novidade é que agora o centro da discussão poderá ter-se deslocado. Para a forma como a tática é influenciada pela nova conflitualidade e em que o inimigo assume outras formas de combater e as suas táticas se revelam diversas daquelas empregues pelos exércitos convencionais.

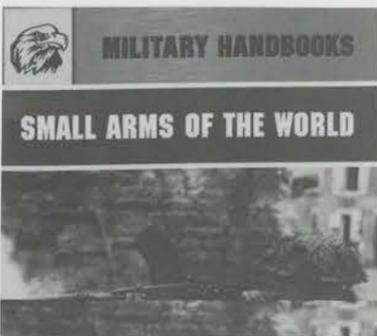
Em conclusão, se o livro aborda a tática sem ter ainda em consideração o contexto daquilo que hoje o general Rupert Smith chama a «guerra no seio das populações», pode no entanto, constituir um bom ponto de partida para o efeito, pela perspectiva teórica que contempla. Saibamos nós aproveitá-lo devidamente. Pois como diz o autor, procurando identificar as linhas de fundo da actividade tática, esta mais não é que «A ciência e arte de planear e conduzir a acção das forças militares, em função de determinados factores, para estabelecer, manter, estreitar, apoiar, romper, evitar, explorar os efeitos ou ameaçar, o contacto e/ou o combate, garantindo a redução das forças adversas e/ou a preservação das forças próprias, a fim de contribuir directa ou indirectamente para a consecução de objectivos estratégicos».



«Perspectives tactiques». Guy Hubin, Economica, Paris, 2003, 131 pp.

Ainda no domínio da teoria tática, chama-nos a atenção este livro publicado em 2003 em França pela editora Economica, da autoria do coronel de cavalaria Guy Hubin. Partindo de um ponto de vista histórico, o autor estuda a previsível influência das recentes inovações tecnológicas na conduta da tática. A tese prevalecte da obra é que essas mesmas inovações irão, nos tempos mais próximos, alterar de forma, diríamos radical, a actuação tática. O livro apresenta um carácter essencialmente especulativo, relacionando a tecnologia e os seus efeitos na conduta das operações nos vários escalões táticos. Conduzindo uma análise exclusivamente teórica, acaba por não considerar os possíveis condicionamentos à sua aplicabilidade. Consciente das limitações de tal abordagem, e da própria teoria tática, o autor refere a dificuldade de experimentação das suas ideias, que só o tempo poderá provar serem certas ou não.

Small Arms of the World



Com o novo processo de estudo, aquisição e substituição de armas ligeiras para o Exército português torna-se interessante analisar as possíveis armas que poderão vir a equipar o nosso Exército, observando as suas modernas e sempre diferentes características.

Small Arms of the World é uma compilação de 2004 das armas consideradas pelo autor como as mais importantes dos últimos cem anos que inclui as armas mais utilizadas pelos exércitos na Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Contém ainda referências a armamento que surgiu e entrou ao serviço após a Segunda Guerra Mundial, bem como metralhadoras ligeiras e pesadas e espingardas *sniper*.

Cada arma que aparece no livro está ilustrada com uma fotografia da mesma acompanhada por um texto que detalha as suas características técnicas, história, produção e

TEN Cav PAULO FERNANDES
EPC.

serviço nas fileiras. Existe também para cada arma uma tabela de especificações que informa sobre peso, calibre, tipo de arma, entre outras.

Neste livro encontramos referências à MG 42, G3, HK21 ou a M1 bem como a armas mais recentes como as austríacas AUG HBAR, AUG-A2 ou as alemãs MG36, MP5A2/A3/K ou a MSG90. Contudo, muitos dos dados parecem estar menos correctos. Também as fotografias são, em alguns casos, de fraca qualidade – um livro que permite uma comparação sumária de armas e uma rápida consulta mas que contém imprecisões.

O autor, Peter Darman, é detentor de uma pós-graduação em história militar da Universidade de York, vive em Londres e publicou também diversos livros como o *Uniforms of World War II*.

G3



Em 1950, o Exército Espanhol requisitou uma espingarda moderna com comutador de tiro. Os es-

tudos iniciaram-se então no *Centro de Estudios Tecnicos de Materiales Especiales*, uma organização do Governo Espanhol conhecido como CETME, que mais tarde reuniu uma equipa de desenhadores espanhóis e alemães para desenvolver o projecto.

Em 1954, a munição de calibre 7,62mmX51mm foi standardizada pela NATO pelo que o Governo espanhol procurou a Heckler & Koch para esta adaptação a este novo calibre, surgindo assim a designação alemã de G3 (Gewehr 3).

É uma arma que sofre um recuo excessivo e pesado quando opera em modo automático, dado o seu calibre. Em contrapartida confere-lhe maior alcance e poder de fogo do que a munição 5,56mm. Tal como todas as armas da Heckler & Koch, a G3 é uma arma bastante fiável e robusta e desde o seu fabrico, em 1959, já sofreu diversas alterações das quais derivaram as modernas armas alemãs.

ESPECIFICAÇÕES

Produtor	Heckler&Koch
Tipo	Espingarda ligeira
Calibre	7,62mm
Munição	7,62mm X 51mm NATO
Comprimento	1021mm
Comprimento do cano	450mm
Número de estrias	4
Peso	4,4Kg

Cadência de tiro	550tpm
Cadência de tiro prática	150tpm
Funcionamento	Acção indirecta dos gases
Capacidade do carregador	20
Modalidades de tiro	Semi-automática e automática
Velocidade do projectil à boca da arma	800mps
Alcance eficaz	1500m
Alcance útil	550m
Entrada ao serviço	1959

G36



A nova G36/G36E é uma arma com um sistema modular de calibre 5,56mmX45mm, desenhada com o intuito de o Exército alemão substituir a sua espingarda automática G11. Construída praticamente com base num polímero de fibra reforçada e funcionando com um sistema auto regulado de gás, a G36/G36E confere um baixo peso aliado a um grande desempenho e uma muito baixa manutenção, podendo o cano ser trocado por um maior (carabina).

O sistema de gás é insensível a sujidades no interior da arma. Isto assegura que se possa utilizar a arma sem a limpar durante 15000 disparos continuando esta a funcionar correctamente. Os componentes podem ser limpos com soluções próprias (à base de água) ou apenas com água. Os carregadores transparentes carregam 30 munições, são à base de polímeros, 30% mais leves que metal e à prova de corrosão.

A alavanca ambidextra de ele-

vação pode ser utilizada para silenciar uma munição.

ESPECIFICAÇÕES

Produtor	Heckler&Koch
Tipo	Espingarda ligeira
Calibre	5,56mm
Munição	5,56mm X 45mm NATO
Comprimento	758mm-998mm
Comprimento do cano	480mm
Número de estrias	6
Peso	3,43Kg
Cadência de tiro	750tpm
Cadência de tiro prática	200tpm
Funcionamento	Gás
Capacidade do carregador	30
Modalidades de tiro	Semi-automática e automática
Velocidade do projectil à boca da arma	920mps
Alcance eficaz	1000m
Alcance útil	400m
Entrada ao serviço	1995

MG36



A MG36 apresenta o mesmo comprimento da G36 mas um cano mais pesado e um bipé retráctil. Normalmente utiliza tambores de 100 munições mas também pode ser alimentada com carregadores como da G36. O baixo peso da culatra e a relação ergonómica do cano com a coronha resultam num fácil controlo da arma em modo automático.

O sistema de gás é insensível a sujidades no interior da arma. Isto assegura que se possa utilizar a arma sem a limpar durante 15000 disparos continuando esta a funci-

onar correctamente. Os componentes podem ser limpos com soluções próprias (à base de água) ou apenas com água.

A sua pega proeminente engloba também uma mira. Possui ainda uma série de características que permitem o tiro ambidextro e o lançamento de granadas

ESPECIFICAÇÕES

Produtor	Heckler&Koch
Tipo	Metralhadora ligeira
Calibre	5,56mm
Munição	5,56mm X 45mm NATO
Comprimento	760-990mm
Comprimento do cano	622mm
Número de estrias	4
Peso	6,85Kg
Cadência de tiro	600tpm
Cadência de tiro prática	200tpm
Funcionamento	Gás
Capacidade do carregador	30 ou 100
Modalidades de tiro	Semi-automática e automática
Velocidade do projectil à boca da arma	762mps
Alcance eficaz	1500m
Alcance útil	400m
Entrada ao serviço	1995





Escola Prática de Cavalaria

VISITA DO TGEN CID À EPC



Em 27Nov07, o TGen Vaz Antunes, Comandante da Instrução e Doutrina (CID), efectuou uma visita de trabalho à Escola Prática de Cavalaria (EPC), tendo sido recebido à chegada pelo Comandante da EPC e pelo Adjunto do Comandante.

Após a prestação das honras militares pelo Esquadrão de Comando e Serviços, o TGen CID recebeu a apresentação de cumprimentos de uma delegação de Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis da EPC, ao que se seguiu um *briefing*, apresentado pelo Comandante, sobre a Escola, perspectivas e preocupações do Comando.

Após o almoço na Messe de Oficiais, o TGen CID assinou o Livro de Honra da EPC, onde salientou "o grande espírito de missão e vontade de ultrapassar as dificuldades" que viu e que sentiu na EPC e exortou a que as dificuldades fossem colocadas frontalmente ao CID, por forma a que, "em conjunto contribuamos para a manutenção do espírito da Cavalaria."

VISITA DO GEN CEME À EPC

No dia 06 de Dezembro, o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General (Gen) Pinto Ramalho, efectuou uma visita de trabalho à Escola Prática de Cavalaria (EPC). O Gen CEME foi recebido à chegada pelo Tenente-



General (TGen) Comandante da Instrução e Doutrina (CID), pelo Major-General (MGen) Director de Formação (DF) e pelo Comandante da EPC. Após a prestação das honras militares pelo Esquadrão de Comando e Serviços, o Gen CEME recebeu a apresentação de cumprimentos de uma delegação de Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis da EPC. Do programa da visita destaca-se a realização de um *briefing*, apresentado pelo Comandante da Escola, seguido de visita às instalações que proporcionaram um conhecimento mais abrangente nas áreas respeitantes ao pessoal, logística, formação, apoio à Autoridade Nacional de Protecção Civil e infra-estruturas de apoio à Escola Prática de Cavalaria. Após o almoço na Messe de Oficiais, que contou com a presença da Vereadora Maria do Céu Albuquerque, em representação do Presidente da Câmara Municipal, o Gen CEME assinou o Livro de Honra da EPC, onde salientou e reconheceu o exigente esforço que tem vindo a ser desenvolvido pela EPC em particular na adaptação de infra-estruturas. Evidenciou a missão incontornável que a EPC tem na formação de quadros da Arma de Cavalaria e que esse objectivo tem que ser norteado pela procura e afirmação da excelência, de forma inequívoca, a bem do Exército e do País.



INICIO DA FORMAÇÃO DA VBR 8x8 PANDUR II

Iniciou-se a 15OUT07, no Quartel da Cavalaria, no Campo Militar de Santa Margarida, o curso de Operador da VBR 8x8 Pandur II. Esta acção de formação, cuja responsabilidade é da Steyr, baseia-se no conceito "train the trainers" e tem como destinatários 6 Oficiais e 6 Sargentos das seguintes Unidades: 5 militares da EPC, 2 da EPI, 2 do RegMan, 2 da BrigInt e 1 da BrigMec.

A Escola Prática de Cavalaria (EPR da formação inicial Pandur) destacou para St.^a Margarida, igualmente na mesma data, os elementos que compõem a Estrutura de Coordenação da Formação Inicial, com o objectivo de acompanhar e orientar as futuras acções de formação, referentes a cada uma das 11 versões desta viatura blindada que irão equipar o Exército.

2º CURSO DE CHEFE DE VIATURA DE VBR PANDUR II 8x8

Decorreu no QCAV, em Santa Margarida, de 07 a 23 de Janeiro de 2008, o 2º Curso de Condutor de VBR PANDUR II 8x8.

Este curso, cuja execução e direcção foi da responsabilidade da EPC, destinou-se a formar Chefes de Viatura e Instrutores desta versão da VBR PANDUR II 8x8.

Este curso foi composto por 15 formandos sendo 6 Oficiais e 9 Sargentos, das seguintes Unidades: EPC, RC6 e RI13.



Regimento de Lanceiros nº 2

ASSEMBLEIA GERAL DA AAOL



Em 07 de Dezembro de 2007 realizou-se a Assembleia Geral de Antigos Oficiais de Lanceiros e actividades associadas.

O Regimento de Lanceiros N.º 2 teve o grato prazer de apoiar todas as actividades da Associação de Antigos Oficiais de Lanceiros contando com a prestimosa colaboração de todos os Militares que prestam serviço nesta Unidade.

FESTA DE NATAL DO RL2

O RL2 organizou e realizou em 19DEC07 a sua festa de Natal no Refeitório das Legendas, destinada a todos os seus militares e funcionários civis e respectivas famílias.

Como é tradição no RL2 a realização de eventos comemorativos da época natalícia, contou com a participação de todo o seu pessoal.

De entre estes eventos, destacam-se a Missa de Natal celebrada por SEExa. Rev. o Bispo das FAs e Segurança, D. Janeiro Torgal Ferreira, a competição de Presépios entre Sub-Unidades, cujo Presépio vencedor foi o elaborado pelo 1º EPE e o Lanche de Confraternização, com entrega de prendas que se lhe seguiu.

2.º ESTÁGIO DE PROTECÇÃO PESSOAL



Realizou-se no Regimento de Lanceiros N.º 2, no período de 10 a 21 de Dezembro um Estágio de Protecção Pessoal (EPP), no âmbito do aprontamento do 1º BIPara/KFOR.

O EPP foi ministrado a 16 militares, dos quais 01 Oficial, 05 Sargentos e 06 Praças, oriundos do Regimento de Infantaria N.º 15 e Centro de Tropas de Operações Especiais, que irão integrar as próximas Forças Nacionais Destacadas no Teatro de Operações do Kosovo, bem como a 03 Oficiais e 01 Sargento do RL2.

Findo o Estágio, teve lugar a cerimónia de encerramento, na Sala de Comandantes procedendo-se à entrega dos respectivos diplomas.

CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO DA MPCOY - NRF 09

Em 11 de Janeiro de 2008, perante formatura regimental, efectuou-se a Cerimónia de Encerramento da MP/Coy NRF 09.

Esta Companhia comandada pelo Major de Cavalaria Rebordão de Brito foi criada com vista a ser utilizada no contexto da NATO em missões no Estrangeiro. Após o período de preparação quer a nível Nacional quer a nível Internacional com as respectivas certificações atribuídas, ficou a MPCoy em período de Stand-by, para caso fosse necessário ser empregue em qualquer Teatro de Operações.

Findo este período e não tendo havido a necessidade do emprego desta Força, a mesma foi extinta sendo efectuada a cerimónia de encerramento com todo o brio e garbo, sendo o Estandarte da MPCoy entregue à guarda do Regimento de Lanceiros N.º 2, ficando este fiel depositário do mesmo.

O Exmo. Cmdt enalteceu o espírito de sacrifício, o empenho e a dedicação dos militares que serviram nesta Força, tendo expressado de forma veemente que para esta Força ter atingido a plenitude só faltou a mesma ser empregue, de forma a poder mais uma vez demonstrar o valor da PE, da Cavalaria e do Exército Português.

VISITA AO RL2 DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL SERPA PINTO

Em 19 de Janeiro de 2008 o RL2 recebeu uma visita da Associação Cultural Serpa Pinto às suas instalações nomeadamente ao Museu e à ala da exposição alusiva a Serpa Pinto.

Tendo sido manifestado pela Associação interesse em efectuar uma visita à exposição alusiva a Serpa Pinto a mesma decorreu de acordo com o Programa fixado, constando além da visita ao Museu, nomeadamente à ala alusiva a Serpa Pinto, uma visita às principais áreas de actividade do RL2 e locais mais significativos.

O Exmo. Cmdt do RL2 Cor Baía Afonso recebeu e acompanhou a visita da delegação enaltecendo que é através de eventos como este que a sociedade civil e militar mais se aproximam.

VISITA AO RL2 DA ESCOLA PAULA VICENTE.

O RL2 em 29 de Janeiro de 2008, recebeu a visita de uma turma da Escola EB 2+3 Paula Vicente, no âmbito da colaboração existente entre estas duas entidades.

Do programa constou para além da visita ao Museu, nomeadamente à ala alusiva a Serpa Pinto, uma visita às principais áreas de actividade do RL2 e locais mais significativos bem como dar a conhecer aos alunos a percepção do funcionamento geral de uma Unidade Militar.

Estes eventos têm como principais objectivos o aproximar entre a sociedade civil e a sociedade militar bem como dar a conhecer os temas expostos no Museu do RL2.

ALMOÇO CONVÍVIO DA RESERVA/REFORMA



No âmbito das comemorações do 175º aniversário do Regimento de Lanceiros N.º 2, que têm lugar no mês de Fevereiro concretizou-se a intenção do Comando do RL2 de homenagear, ainda que de forma modesta, o esforço e a dedicação dos Quadros que ao longo dos tempos serviram na "Casa dos Lanceiros" e no "Regimento do Cais" e que actualmente se encontram nas situações de Reserva e Reforma.

Neste Sentido, à semelhança do ano transacto reunir num almoço de convívio realizado em 30 de Janeiro de 2008, todos os Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente que prestaram serviço no "2" e no "7".

COMEMORAÇÃO DO 175º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DO REGIMENTO DE LANCEIROS N.º 2



O Regimento de Lanceiros N.º 2 comemorou em 08 de Fevereiro de 2008 o 175º aniversário da sua criação.

Presidiu à cerimónia Exmo. General Comandante Operacional Tenente-General Pina Monteiro.

Estiveram presentes várias individualidades militares e civis. No apoio às cerimónias o RL2 contou com o apoio da Banda e Fanfara do Exército.

Na parada Marechal Carmona foi apresentada uma demonstração da actividade de Polícia do Exército, com a participação do Grupo de Polícia do Exército, oferecendo a todos quanto assistiram uma mostra das valências do Regimento e da PE.

Após a cerimónia militar as entidades presentes efectuaram uma visita ao Museu do RL2, seguindo-se um almoço/convívio no Refeitório Geral, fomentado pela sã camaradagem e convivência entre os Lanceiros e todos os convidados.



Regimento de Cavalaria n° 3

CORRIDA DE NATAL DO RC3



Decorreu no dia 18 de Dezembro de 2007, uma corrida de natal em que participaram todos os Militares do RC3.

O percurso estendeu-se por algumas ruas da cidade de Estremoz até à zona industrial, numa distância aproximada de 4 km.

VISITA DO GENERAL VICE-CEME AO CID



No passado dia 16 de Janeiro de 2008, Sua Excelência o General Vice-CEME visitou o Comando de Instrução e Doutrina na cidade de Évora, tendo o RC 3 participado na Guarda de Honra, com um pelotão constituído por 21 Praças, 3 Sargentos e 1 Oficial, integrado na Companhia que prestou as devidas Honras Militares a Sua Excelência o General Vice-CEME.

349º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DAS LINHAS DE ELVAS

Decorreu no passado dia 14 de Janeiro de 2008 o 349º aniversário



da Batalha das Linhas de Elvas. O RC 3 esteve presente com forças:

- Na Romagem ao Padrão dos Murtais com o Porta-Estandarte da Unidade e 1 Secção Reconhecimento (1 Sargento e 8 Praças);
- Na Romagem ao Túmulo do General André de Albuquerque de Riba-Fria com o Porta-Estandarte da Unidade e 1 Equipa de Reconhecimento (4 Praças);
- Na Parada das Forças Militares e Militarizadas com o Porta-Estandarte Nacional e Escolta, Porta-Estandarte da Unidade, Comando das Forças em Parada, 1 Esquadrão de Reconhecimento a 2 Pelotões (3 Oficiais, 7 Sargentos e 42 Praças) e três Viaturas de Reconhecimento Panhard M11 e respectivas Guarnições.

NOTÍCIAS DESPORTIVAS

No dia 17 de Janeiro decorreu no RC3 o Torneio de Carabina de Ar Comprimido. No referido Tor-



neio, participaram 24 militares do Escalão Masculino e 04 Militares do escalão Feminino tendo obtido a seguinte classificação:

Escalão Masculino

- 1º Classificado - SAj SGE Roldão
- 2º Classificado - 1Sar Inf Ferreira
- 3º Classificado - 1Sar Trm Cheira

Escalão Feminino

- 1º Classificado - CADJ Lourenço
- 2º Classificado - SOLD Melícias
- 3º Classificado - 1CAB Saruga

INSPECÇÃO TÉCNICA DE SEGURANÇA E SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÃO



Decorreu em 13 e 14 de Fevereiro no Regimento de Cavalaria 3, a Inspeção Técnica de Segurança e Sistemas de Comunicações e informação (ISCSI). Foi a primeira inspeção a ser realizada nos novos moldes do Exército. Chefiava a Equipa de Avaliação o Sr. Cor Inf Isidro Morais Pereira e os restantes elementos eram o Cor Inf Moreno como adjunto, TCor Tms Sacramento para a área das Transmissões e Maj Art Cavaco para a área da Segurança.



Quartel da Cavalaria em Santa Margarida Ex-Regimento de Cavalaria n° 4

NATAL 2007 NO QUARTEL DA CAVALARIA



Em 17DEC decorreram diversas actividades alusivas à quadra Natalícia na Brigada Mecanizada, incluindo uma peça de teatro infantil, na qual participaram os familiares dos militares que servem nesta Unidade. O Comando do Quartel da Cavalaria organizou um lanche convívio, onde se procedeu à entrega de presentes aos filhos dos militares e civis.

VISITA DO CURSO DE PROMOÇÃO A SARGENTO-CHEFE DA FORÇA AÉREA



No dia 9 de Janeiro de 2008 os militares da Força Aérea que frequentaram o Curso de promoção a Sargento-Chefe daquele Ramo das Forças Armadas efectuaram uma visita às instalações do GCC e ERec.

CURSO DE PANDUR 8X8



No período de 7 a 23 Janeiro de 2008, decorreram dois cursos de Pandur, de Condutores e Chefe de Viatura. Estes Cursos foram ministrados por militares da EPC e decorreram nas instalações do Quartel da Cavalaria. O Curso de Chefe de Viatura foi frequentado por 6 Oficiais e 9 Sargentos. O Curso de condutores foi frequentado por 6 Praças.

INÍCIO DO DIA DA DEFESA NACIONAL



Em 07 de Fevereiro de 2008 deu-se início ao primeiro ciclo, do corrente ano, das "Jornadas do dia da Defesa Nacional". O Quartel da Cavalaria, como Centro de Divulgação da Defesa Nacional receberá diariamente, até 17 de Abril, cerca de 130 cidadãos oriundos das várias povoações do centro do país. Esta actividade representa para muitos jovens o primeiro e único contacto com a realidade militar e tem como principais objectivos dar a conhecer as Forças Armadas, esclarecer dúvidas, dos jovens, quanto às suas possibilidades de carreira no seio da Instituição Militar.

APOIO AO EXERCÍCIO DE TÁCTICA DE RECONHECIMENTO DO TPO/CFS DA EPC



O Esquadrão de Reconhecimento participou no Exercício de Tática de Reconhecimento ministrado aos alunos do TPO e CFS de Cavalaria no período de 26 a 29 de Janeiro de 2008. Este Exercício teve como objectivo a avaliação prática, na disciplina de tática de reconhecimento, dos futuros Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente.

Estiveram envolvidos neste Exercício 19 militares do ERec com 3 Carros de Combate M60A3TTS, 1 M577 Ambulância, 1 M106, 3 Jeep's e 1 Unimog.

EXERCÍCIO LOBO 081

Nos dias 12 e 13 de Fevereiro de 2008, decorreu o Exercício LOBO 081 do Esquadrão de Reconhecimento. Este exercício de escalão Pelotão, está inserido no programa de treino colectivo na função dos militares do ERec e envolveu 34 militares, 2 Carros de Combate



M60A3TTS, 6 M113 e um Jeep.

EXERCÍCIO LOBO 08

Entre o dia 18 e o dia 21 de Fevereiro de 2008 decorreu o Exercício LOBO 08 do Esquadrão de Reconhecimento. Este exercício está inserido no programa de Treino Operacional da BrigMec. Participaram elementos das restantes subunidades da BrigMec envolvendo cerca de 84 militares, 2 Carros de Combate, 10 M113, 1 M88, 1 M816, 1 M106 ambulância, 1 M577, 1 M578 e varias viaturas de rodas.

EXERCÍCIO LINCE 081



No período entre 18 a 27 de Fevereiro de 2008, o 1º Esquadrão de Carros de Combate participou no exercício LINCE 081, integrado na fase de aprontamento do AgrMec NRF 12, tendo o objectivo deste exercício sido o treino, validação e avaliação das guarnições/Secções de Carros de Combate e a execução da tabela de guarnição de tiro de Carro de Combate.

O período de 18 a 22 de Dezembro 08, foi a projecção do AgrMec para a área da Valeira Alta/Monte Novo onde ficou acantonado e a instrução/treino das Secções de Carros de Combate, no âmbito das operações defensivas;

Nos dias 25 e 26 de Fevereiro foi efectuada a avaliação das Guarnições de CC no âmbito do Manual de ICOL, Operações Defensivas, Guarnição/Secção.

Estiveram envolvidos neste Exercício: 97 militares, 14 Carros de Combate, 2 M113, 1 M88, 1 Jeep, 3 Unimog, 1 viatura 1222, 1 auto tanque M49;



Regimento de Cavalaria nº 6

DIA DE FINADOS



No quadro da celebração do Dia de Finados, o RC 6 realizou, em 06NOV07, em conjunto com o Núcleo de Braga da Liga dos Combatentes, uma cerimónia em memória dos militares falecidos, envolvendo uma Missa de Sufragio no Cemitério de Monte de Arcos e a prestação de Honras Militares com deposição de uma coroa de flores, junto ao Talhão dos Mortos da I Grande Guerra.

DIA DO ARMISTÍCIO

O RC 6 participou, em 11NOV07, nas comemorações do Dia do Armistício, promovidas pelo Núcleo de Braga da Liga dos Combatentes, que compreenderam a Celebração Eucarística na Basílica dos Congregados e a Cerimónia de Homenagem aos Mortos junto ao Monumento aos Combatentes da I Grande Guerra, na Avenida Central. Na alocução alusiva à efeméride, o Comandante do RC 6 referiu ser a homenagem "extensiva a todos os bravos que, ao longo dos 864 anos da existência de Portugal, enquanto unidade política soberana e independente, se bateram e ainda se batem em nosso nome".

CAMPEONATO DESPORTIVO MILITAR DE CORTA-MATO 2007, FASE II (BRIGADA)



Por determinação do Exmo. Major-General Comandante da Brigada de Intervenção, foi o RC 6 incumbido de organizar o CDM de Corta-Mato 2007, Fase II (Brigada), que decorreu nos terrenos do aquartelamento, em 22 e 23NOV07. Participaram na competição um total de 127 atletas, 35 dos quais femininos, das diversas unidades da EBE na dependência da Brigada, distribuídos por 06 escalões etários (05 masculinos e 01 feminino).

VISITA DE ESTUDO AO RC 6 DO TPO DO SERVIÇO DE MATERIAL

Em 27NOV07, 03 Oficiais Subalternos tirocinantes do Serviço de Material acompanhados de 01 Oficial Superior e 01 Capitão, visitaram o RC 6, tendo-lhes sido proporcionado um programa com vista a propiciar um conhecimento abrangente relativo à missão, possibilidades e organização do Regimento, das suas subunidades operacionais e de apoio, à situação actual, actividades desenvolvidas e perspectivas, com particular incidência nas vertentes de pessoal, material, instalações e actividades logísticas de reabastecimento, manutenção e transporte.

SEMINÁRIO "EMPREGO DAS FORÇAS MÉDIAS NA GUERRA DA 4.ª GERAÇÃO"

Em 29NOV07, decorreu no QG/BrigInt, o seminário "Emprego das Forças Médias na Guerra da 4.ª Geração", cuja organização foi cometida ao RC 6 e que contou com a participação do Exmo. Director-Coordenador do EME, Major-General Campos Gil, além de oradores convidados do Exército, do IESM e dos EUA. Os trabalhos orientaram-se, em primeira análise, para a evolução da conflitualidade e os mecanismos de resposta militar da NATO e da UE, tendo-se depois debruçado sobre as Forças Médias e o seu emprego no combate à subversão/terrorismo, onde foram abordadas as experiências operacionais do Exército norte-americano no Iraque e das FND nos TO do Afeganistão e do Kosovo.

FESTA DE NATAL DO RC 6



A quadra natalícia no RC 6 foi assinalada com a realização de diversas actividades, as quais incluíram uma recolha de brinquedos e roupas para entrega em instituições de solidariedade da região, torneios de Voleibol e de Futebol de 5, uma "Poule" Hípica, a Festa das Crianças, a Corrida de Natal, além do Concurso de Presépios e da habitual Eucaristia de Natal, a cargo do Capelão do Regimento. Durante o Almoço de Natal, em 19DEZ07, no Refeitório Geral, alargado aos militares e civis da Unidade, respectivos familiares e convidados exteriores, houve lugar à actuação da Tuna Regimental, foram entregues os prémios e troféus aos vencedores e, por fim, distribuídos os tão aguardados presentes de Natal que encantaram as crianças.

EXERCÍCIO "TEAM SPIRIT 081"



O GAM e o ERec levaram a efeito, em 22JAN08, o exercício "TEAM SPIRIT 081". Constituído por 12 estações de avaliação distribuídas ao longo de um percurso topográfico apeado, o exercício visou essencialmente o reforço da coesão e da camaradagem e o incremento do espírito de equipa no seio das guarnições e unidades elementares de Cavalaria e, paralelamente, testar e avaliar a sua reacção face a situações de variável complexidade aos níveis técnico e tático.

APOIO AO EXERCÍCIO "DESCIDA DO RIO MINHO 2008"

O RC 6 apoiou, de 31JAN a 02FEV08, o Exercício da Escola Naval "DESCIDA DO RIO MINHO 2008", realizado em embarcações pneumáticas, no troço Caminha - Valença. Além dos apoios de âmbito logístico, o Regimento proporcionou aos 231 participantes, incluindo alunos da Escola Naval de Espanha, da AM, da AFA, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e da Universidade do Minho, uma Demonstração de Carregamento do 1.º EAM/GAM e uma Exposição Estática de Viaturas, Armamento e Equipamentos do ERec.

FORMAÇÃO NO RC 6 NO ÂMBITO DO PROJECTO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO EXÉRCITO (PEFEX)

Em cumprimento das disposições superiores e na sequência de contactos com o Centro de Novas Oportunidades (CNO) do CFP de Mazação, Braga, teve início, em 15JAN08, nas instalações do RC 6, com o apoio de Formadores credenciados, uma acção de formação destinada a viabilizar a conclusão do nível básico de escolaridade (9.º ano) de 21 militares do Regimento que aderiram ao projecto, estimando-se em 7 semanas a duração da 1.ª fase daquela actividade.

GUARDA DE HONRA A S. EX.ª O PRESIDENTE DO GOVERNO ESPANHOL



Uma força do Regimento, constituída por 01 Esquadrão a 03 Pelotões, Estandarte Nacional, Estandarte Heráldico do RC 6, Banda e Fanfara, prestou as honras militares a S. Ex.ª o Presidente do Governo do Reino de Espanha, D. José Luis Rodríguez Zapatero, por ocasião da XXIII Cimeira Luso-Espanhola, que decorreu em Braga, em 18JAN08 passado.

JORNADAS DO DIA DA DEFESA NACIONAL, EDIÇÃO 2007-2008

De acordo com o planeamento, iniciou-se no RC 6, em 11FEV08, o segundo período relativo às Jornadas do Dia da Defesa Nacional edição de 2007-2008, prevendo-se que até 11ABR08, afluam ao Centro de Divulgação de Defesa Nacional da Unidade cerca de 6.000 jovens (130/dia).

INSPECÇÃO TÉCNICA DO COMANDO DE PESSOAL AO RC 6

Em cumprimento do Plano Anual de Inspeções do Exército para 2008, aprovado por despacho de S. Ex.ª o GEN CEME, uma equipa do Comando do Pessoal conduziu, de 19 a 21FEV08, uma Inspeção Técnica ao RC 6. A inspeção incidiu nas áreas de Administração do Pessoal, Moral e Bem-Estar, Justiça e Disciplina e Ambiente, Segurança do Pessoal e das Instalações.



Regimento de Cavalaria da GNR

ACTIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA

Durante o último trimestre de 2007, entre muitos outros serviços de representação nacional, o Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana, cumpriu como é seu apanágio, integralmente uma das suas missões, colaborando directamente com os serviços do Protocolo de Estado, nas Representações Oficiais Nacionais, efectuando inúmeras escoltas de honra aos Chefes de Estado Estrangeiros, seus Embaixadores e outras representações Oficiais Nacionais de alto relevo.

Ao lado, Sua Ex.ª o Presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, a fazer uma festa ao cavalo do Comandante da Escolta de Honra a Cavalo - CMDT do RC/GNR, Coronel de Cavalaria Gil Menezes - durante a visita Oficial a Portugal por ocasião da Cimeira União Europeia/Rússia, que decorreu essencialmente em Lisboa e na Vila de Mafra.

Além da missão descrita anteriormente, o Regimento de Cavalaria, integrando futuramente a Unidade de Segurança e Honras de Estado da Guarda Nacional Republicana, e sem área Operacional atribuída, colabora activamente com outras Unidades, quer da GNR, quer da Polícia de Segurança Pública, no patrulhamento a Cavalo, com maior incidência em zonas florestais, colocando para o efeito no terreno, várias patrulhas a cavalo.

Na foto ao lado, uma patrulha a cavalo do 4.º Esquadrão, num giro do Estádio Nacional, junto ao Jamor.

ACTIVIDADE DESPORTIVA

AS POULES DO RC.

Esta prática hípica, para além da beleza demonstrada, oferecida pelos conjuntos participantes, serve essencialmente para a manutenção e desenvolvimento das capacidades, arrojo e desembaraço, necessários aos conjuntos cavalo/Cavaleiro, durante a realização das diversas missões que lhes estão destinadas. Quer sejam elas Honoríficas e Representação do Estado em Cerimónias Oficiais, ou em acções de Restabelecimento e Manutenção da Ordem Publicas.



Visita.



Patrulha a Cavalo.



Poule de Instrução



Centro Militar de Educação Física e Desportos

XXX CAMPEONATO MILITAR NACIONAL CORTA MATO DAS FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA



O Centro Militar de Educação Física e Desportos organizou e realizou a 29ª edição do Campeonato Militar Nacional de Corta Mato Fase IV Forças Armadas e Segurança, nos dias 17 e 18 de Janeiro de 2008 na Tapada Militar de Mafra. A prova contou com atletas dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea), da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, tendo sido organizada em cinco escalões masculinos e um escalão feminino num total de 116 atletas. Os quatro escalões masculinos (I, II, III e IV) e o escalão feminino com 20 atletas cada e o V escalão masculino composto por 16 atletas. A competição decorreu na zona dos "Quatro Caminhos" com um percurso fechado de 1600 metros onde os atletas percorreram cinco voltas ao circuito totalizando 8000 metros e as atletas percorreram duas voltas e meia ao circuito num total de 4000 metros. No final da prova, realizou-se a cerimónia de encerramento com entrega de prémios aos melhores classificados, seguindo-se o tradicional almoço convívio nos



Telheiros dos Plátanos, com todos os participantes e convidados. Presidiu a este evento o Inspector Geral do Exército Exmo Sr. TEN GEN Américo Pinto da Cunha Lopes, estando presentes as seguintes entidades:

Sr. MGEN PILAV Carlos Alberto de Carvalho Gromicho, Director da Instrução da Força Aérea; Sr. CALM Luís Manuel Forneux Macieira Fragozo Director da Direcção do Serviço de Formação da Armada; Sr. Fernando Mota Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo; Sr. COR INF "CMD" Marco António Mendes Paulino Serronha, Comandante do Centro de Tropas Comandos; Sr. COR INF Rui Davide Guerra Pereira, Comandante da Escola Prática de Infantaria.

PROVAS DE ESGRIMA – FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ESGRIMA

O Centro Militar de Educação Física e Desportos, colaborou com a Federação Portuguesa de Esgrima na realização de Prova Juniores 4 em 19JAN08 e a prova "Preparação" 4, em 20JAN08 no Pavilhão Gimnodesportivo do CMEFD.

APERCIM 20FEV08 Prova de Nataçao

O Centro Militar de Educação Física e Desportos apoiou, disponibilizando a piscina, balneários e monitores para a organização e realização de provas de nataçao da Associação Para a Educação e Reabilitação das Crianças Inadaptadas de Mafra (APERCIM), no dia 20FEV08. Esta actividade realiza-se anualmente e o CMEFD tem-se associado a este evento desde o inicio e é com muito orgulho e honra que contribuiu para propiciar momentos de lazer, dando alegrias à esta faixa da população muito debilitada que são crianças com deficiências profundas arrastando atrás de si todo uma panóplia de carências de vária ordem e sofrimentos próprios de quem vive e convive com esse drama.

LII SEMANA EQUESTRE MILITAR

O Centro Militar de Educação Física e Desportos organizou e realizou no período de 15 a 17 de FEV08 e 21 a 24 de FEV08, a LII Semana Equestre Militar.

A SEM sucessora da Campeonato do Cavalo de Guerra, que teve a sua 1ª edição em Torres Novas no principio do século passado em 1904, tem como objectivo principal apreciar e seleccionar cavaleiros militares e montadas do Exército praticantes deste desporto, nas modalidades de Ensino, Obstáculos, Concurso Completo de Equitação e Técnicas de *Randonée* Equestre de Competição (TREC), tendo em vista a participação em competições nacionais e internacionais.

Acontecimento desportivo equestre de grande relevo e enraizado no seio castrense, a SEM, tem sido realizada anualmente desde 1957 sendo unanimemente considerado no seio militar pelos adeptos e praticantes de equitação como o expoente máximo na Equitação Militar pelo significado que representa consolidado através das suas longas tradições e historial. É tido como o fiel da balança para avaliação da situação equestre no Exército.

Actualmente têm participado além dos militares do Exército, para o que foi concebido, também militares de outro Ramos das Forças Armadas, da Guarda Nacional Republicana e ainda muitos cavaleiros civis.

Nesta LII SEM, participaram cerca de 200 conjuntos militares e civis num total de mais de 500 entradas em pista.

Como tem sido hábito, de alguns anos a esta parte, os residentes do Concelho de Mafra e também pessoas de outras paragens, tiveram oportunidade, de forma graciosa e hospitaleira, de desfrutar momentos de rara beleza na arte de montar, oferecido por alguns praticantes de grande craveira técnica.



UALE - Unidade de Aviação Ligeira do Exército

NATAL 2007

Para manter vivo o espírito da quadra natalícia e marcar o início das festividades desta época, num tempo de confraternização, paz e reflexão, realizou-se no dia 19 de Dezembro o tradicional almoço de Natal da UALE.

No dia seguinte teve lugar a Festa de Natal das crianças, às quais se associaram as congéneres da Escola de Tropas Paraquedistas, que puderam assistir a uma demonstração de actividades pelos cães de guerra da ETP, uma exibição de dança por elementos da escola de dança "J.T. Dance Academy", e a um espectáculo pelo grupo "Os Palhaços de Tomar". No final foram distribuídas prendas às crianças até aos 12 anos.

SERVIÇO NA EMA



Desde 3 de Maio de 2007 prestam serviço na Empresa de Meios Aéreos (EMA) do Estado 10 pilotos, 5 oficiais e 5 sargentos para operarem os KAMOV 32A e ECUREIL B3 recentemente comprados pelo Estado Português.

A EMA criada para gerir a frota de 10 helicópteros do Ministério de Administração Interna tem como principal função, a gestão e organi-



zação dos meios adquiridos pelo Estado para as operações de socorro relacionadas com a protecção civil, de vigilância de fronteiras, de segurança rodoviária e de apoio às forças de segurança.



Desde 01 Fevereiro de 2008 a EMA assumiu as Bases Permanentes de Helicópteros de Santa Comba Dão e Loulé onde estão preparados para executar todas as missões atribuídas à ANPC e onde alguns dos pilotos do Exército têm realizado destacamentos.

SERVIÇO NA EMA



Em Fevereiro de 2008 efectuaram o curso teórico de Kamov-32,

na Rússia, dois pilotos do Exército ao serviço na EMA.

Esta formação decorreu na fábrica Kamov em Moscovo e teve uma duração de três semanas. Foram leccionadas instruções por especialistas russos dos diversos sistemas que compõem o modelo KAMOV 32A.

Estes pilotos juntaram-se ao grupo de outros três do Exército e que se encontram actualmente a terminar o curso prático do KA32A na base de Ponte de Sôr que os habilitará com a qualificação de copilotos multi-motores.



DES E OBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS
BITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS PRO
ÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS PROMOÇÕES, NOM
NOMEAÇÕES E OBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES
DES E OBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS
BITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS PRO
ÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS PROMOÇÕES, NOM
NOMEAÇÕES E OBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E OBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES

Promoções e Nomeações.

PROMOÇÕES A:

COR Cav:

TCOR Cav PAULO RENATO FARO GEADA

TCOR Cav:

MAJ Cav JORGE MANUEL GASPAR

MAJ Cav RUI MANUEL MELITA MADUREIRA

SCH Cav:

SAJ Cav LUÍS ANTÓNIO LEITE FARIA

SAJ Cav JOSÉ MANUEL JESUS FRANCISCO

SAJ Cav:

1SAR Cav RUI MANUEL MENDES VILHAIS

1SAR Cav RUI MANUEL DOS SANTOS
TEIXEIRA SILVA

1SAR Cav SÉRGIO MANUEL DOS SANTOS
FÉLIX

1SAR Cav MARCO PAULO DE FREITAS PEREIRA

1SAR Cav JORGE MANUEL DINIS TRINDADE

1SAR Cav JOÃO PAULO G. CARVALHO
ABALADA GRAÇA

NOMEAÇÕES E COLOCAÇÕES:

CAP Cav FERNANDO AMORIM DA CUNHA,
Cmndt do ERec/BrigInt.

TEN Cav PAULO FERNANDES
EPC



SISTEMA DE ARMAMENTO CT-CV™ DE 105 MM

testado com sucesso no Pandur II 8x8
no Campo Militar de Santa Margarida
em Dezembro de 2007

